

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
LINGUÍSTICA**

**BÁRBARA BREMENKAMP BRUM**

**TRANSITIVIDADE NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

**VITÓRIA  
2015**

**BÁRBARA BREMENKAMP BRUM**

**TRANSITIVIDADE NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos Analítico-Descritivos da Linguagem.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

**VITÓRIA  
2015**

**BÁRBARA BREMENKAMP BRUM**

**TRANSITIVIDADE NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisição parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística na área de concentração dos Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

14 de dezembro de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Peyroton da Rocha**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Micheline Mattedi Tomazi**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Membro interno**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Gustavo Ximenes Cunha**  
**Universidade Federal de Alfenas**  
**Membro externo**

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Paulo César e Ivani, por sempre me  
ensinarem a lutar pelos meus  
sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi fácil, mas essa caminhada tornou-se mais leve com o apoio de alguns queridos, aos quais não posso deixar de expressar minha gratidão.

Primeiramente, sou grata a Deus por ter chegado até aqui. Sem dúvidas, se não fosse por sua infinita graça, eu jamais conseguiria. Obrigada, meu Deus, por me proporcionar tantas oportunidades e por me abençoar de tal forma!

À minha querida orientadora, Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, primeiramente pela confiança em mim depositada, e também, pela orientação e amizade. Poucas pessoas são tão amorosas e humanas quanto você! Obrigada pelos ensinamentos para o trabalho e para a vida.

Aos meus pais, Ivani e Paulo, pelo incentivo e pelas palavras de motivação que sempre me fizeram ter certeza de que eu podia ir além. Foram os dois que me mostraram desde sempre que qualquer caminho que desejo seguir é possível com trabalho árduo e muita dedicação.

Ao meu querido e amado, Diego, pela compreensão e apoio incondicional, sempre lutando comigo para que fosse possível alcançar meus objetivos. Você foi uma peça fundamental nessa conquista. Eu te amo.

Aos amigos queridos e companheiros de aventura, Priscilla e Allan, pelas dicas, pelo apoio e, principalmente, pela parceria estabelecida dentro e fora da universidade durante os anos do mestrado.

À Coordenação do PPGEL, sob a responsabilidade das Professoras Doutoras Micheline Mattedi Tomazzi e Lúcia Helena Peyroton da Rocha, pela disponibilidade em atender às minhas necessidades acadêmicas durante todo o curso na UFES.

À Fundação Pública, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelos dois anos de incentivo por meio da bolsa de Mestrado.

Aos amados amigos e familiares que me apoiaram, compreendendo minhas ausências.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste grande sonho.

## RESUMO

O presente estudo teve sua motivação nas pesquisas realizadas no Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado pela professora doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, que focaliza temas ligados à transitividade, sobretudo em gêneros textuais diversos (tirinhas, *charges*, canções, propagandas e manchetes). Esta pesquisa analisa artigos de opinião coletados do Jornal “A Gazeta” da cidade de Vitória – ES, publicados no período de Março e Abril de 2015, a partir da proposição dos Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980). O funcionalismo norte-americano, principalmente os estudos sobre a transitividade (GIVÓN, 2001; HOPPER; THOMPSON, 1980 e THOMPSON; HOPPER, 2001), foram utilizados como base teórica para esta investigação. Com vistas à identificação das características linguísticas que se relacionam às motivações pragmáticas dos usuários da língua, buscamos demonstrar por meio da aferição da transitividade em sentenças de artigos de opinião, como esse fenômeno está ligado às intenções do falante na construção de seu discurso. A identificação de algumas dessas relações é observada em nosso estudo, como o fato de que o falante articula seu discurso com sentenças de transitividade mais elevada quando o tema tratado é humano do que quando o tema tratado não é humano. Além disso, também foi possível observar que as relações pragmáticas que envolvem o discurso influenciam no fenômeno da transitividade. A presente pesquisa contribui para o desenvolvimento das discussões em torno da transitividade na perspectiva funcionalista da linguagem, mostrando como esse fenômeno se dá no gênero artigo de opinião.

**Palavras-chave:** Funcionalismo. Transitividade. Artigo de Opinião.

## ABSTRACT

The present study had its motivation in research conducted at the Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) of the Federal University of Espírito Santo, coordinated by Professor Dr. Lucia Helena Peyroton da Rocha, which focuses on issues related to transitivity, particularly in various genres (comic strips, cartoons, songs, advertisements and headlines). This research analyzes collected articles of opinion of the newspaper "Gazeta" the city of Vitoria - ES, published between March and April 2015, from the proposition of Transitivity Parameters of Hopper and Thompson (1980). The US officialdom, especially studies on transitivity (Givón, 2001; Hopper; Thompson, 1980 and Thompson; Hopper, 2001) were used as a theoretical basis for this research. With a view to identifying linguistic characteristics that relate to pragmatic motivations language users, we demonstrate through the measurement of transitive sentences in opinion articles, as this phenomenon is linked to the speaker's intentions in building your speech. Identifying some of these relationships we are observed in our study, such as the fact that the speaker articulates his speech with higher transitivity sentences when the treaty subject is human than when the treaty issue is not human. Moreover, it was also observed that the pragmatic relations involving the speech influence the transitivity phenomenon. This research contributes to the development of the discussions around the transitivity in the functionalist perspective of language, showing how this phenomenon occurs in gender opinion piece.

**Keywords:** Functionalism. Transitivity. Opinion Article.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Artigos de opinião.....	38
<b>Quadro 2:</b> Graus de transitividade.....	40
<b>Quadro 3:</b> Análise do artigo de opinião “Repensar as Metrôpoles” .....	41
<b>Quadro 4:</b> Análise do artigo de opinião “Tempos Difíceis” .....	46
<b>Quadro 5:</b> Análise do artigo de opinião “Pagou, passou” .....	52
<b>Quadro 6:</b> Análise do artigo de opinião “Desperdício histórico” .....	57
<b>Quadro 7:</b> Análise do artigo de opinião “Conquistas e desafios do teatro capixaba” .....	62
<b>Quadro 8:</b> Análise do artigo de opinião “Juizes divergentes” .....	67
<b>Quadro 9:</b> Discriminação quantitativa dos graus de transitividade evidenciados.....	74



# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 Onde tudo começou: O problema da transitividade.....	15
2.2 Funcionalismo Linguístico.....	18
2.3 A Transitividade na perspectiva funcionalista.....	20
2.3.1 A transitividade na perspectiva de Givón (2001).....	20
2.3.2 A transitividade de Hopper e Thompson (1980).....	22
2.3.3 A transitividade de Thompson e Hopper (2001).....	27
2.3.4 Os parâmetros de transitividade revisitados por Abraçado e Kenedy (2014).....	28
2.4 Contribuições.....	32
<b>3. O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
<b>5. ANÁLISE E RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>77</b>

## **ANEXOS**

Anexo I – Texto “Repensar as Metr6poles” .....	79
Anexo II – Texto “Tempos Dificéis” .....	80
Anexo III – Texto “Pagou, passou” .....	81
Anexo IV – Texto “Desperdício hist6rico” .....	82
Anexo V – Texto “Conquistas e desafios do teatro capixaba” .....	83
Anexo VI – Texto “Juizes divergentes” .....	84

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pela investigação da transitividade tem sido o ponto de partida das pesquisas desenvolvidas durante a graduação e, agora, na pós-graduação. No Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenado pela Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, do qual participam alunos e professores, são realizados estudos em torno da transitividade com ênfase na língua em uso.

No NPL, inicialmente, as pesquisas focalizaram grupos de verbos em textos de circulação na sociedade, os quais foram analisados com vistas a estabelecer, ao final, um quadro tipológico que desse conta de compreender as características de cada um desses verbos, em contexto de uso. Atualmente, a ênfase tem sido dada à investigação do fenômeno da transitividade em diferentes gêneros textuais (tirinhas, *charges*, canções, propagandas e manchetes).

Em 2008, o NPL produziu um livro com contribuições importantes a respeito do estudo da transitividade intitulado “*(In)transitividade na Perspectiva Funcionalista da Língua*”, organizado pelas professoras Carmelita Minelio da Silva Amorim e Lúcia Helena Peyroton da Rocha, juntamente com alunos do curso de pós-graduação da UFES.

Além deste, outro livro que trouxe importantes contribuições para os estudos relacionados ao Funcionalismo foi o intitulado “*Questões Linguísticas: Abordagens Funcionalistas*”, em 2014, organizado pela professora Lúcia Helena Peyroton da Rocha e pelo professor Luiz Francisco Dias, com o objetivo de divulgar os estudos realizados por alunos do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo.

Embora muito discutido e estudado, o fenômeno em questão mostra-se extremamente complexo, revelando que ainda há muito o que se investigar, sobretudo em situações de uso da língua. A complexidade da transitividade reside no fato de ser este um fenômeno não puramente gramatical, mas também discursivo.

Sendo a comunicação a principal função da língua, é possível tratar a transitividade como um elemento discursivo que está a serviço, sobretudo, das intenções e necessidades do falante.

Cabe pontuar, nesse sentido, a importância de se considerar a língua em uso ao se analisar qualquer fenômeno linguístico, que é a principal premissa da teoria

funcionalista da linguagem na qual esta pesquisa se ancora. A diferença entre formalismo e funcionalismo tem sido abordada por diversos teóricos desde o século XX. É importante constatar, portanto, que essas duas vertentes da Linguística se distinguem, sobretudo, na estratégia com que abordam determinado fenômeno linguístico, e também no tratamento que dispensam à Gramática e ao discurso. Para o paradigma formal, a língua deve ser analisada centrada nela mesma, considerando suas propriedades internas e excluindo o discurso de suas reflexões. Já para o paradigma funcional, a língua deve ser contextualizada na interação verbal, sendo, portanto, o discurso fundamental. Essa distinção entre o paradigma formal e o paradigma funcional pode ser observada no quadro a seguir:

	<b>Paradigma formal</b>	<b>Paradigma funcional</b>
a. Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Principal função da língua	Expressão dos pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

C. S. Dik (1978, adaptado por M. H. M. Neves, 1994).

Nosso objetivo geral consiste em aferir o grau de transitividade de sentenças em artigos de opinião. Nossos objetivos específicos são identificar em que sentido a transitividade atua como um elemento discursivo em artigos de opinião, buscando identificar as relações pragmáticas que envolvem essa transitividade e a intenção de defesa da tese dentro desse gênero textual, além de contribuir com o desenvolvimento

de pesquisas sobre a transitividade, uma vez que são escassos os estudos a respeito desse fenômeno nos gêneros textuais.

Para tanto, nesta dissertação, temos como base o funcionalismo linguístico norte-americano de Givón (2001). Além disso, aplicamos os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) em artigos de opinião coletados do jornal “A Gazeta” de Vitória, Espírito Santo, no período de Março e Abril de 2015. De um universo de 50 artigos de opinião observados em nossa pesquisa, selecionamos 6 para análise nesta dissertação<sup>1</sup>. A escolha deste veículo se deu por ser este um jornal de grande circulação no estado, de posição consolidada no mercado, dada a sua tradição e história que acompanham o desenvolvimento do Espírito Santo há anos.

O referencial teórico eleito consiste na perspectiva da Linguística Funcional com base em Givón (2001), que entende que a transitividade é um fenômeno complexo que envolve componentes sintáticos e semânticos, e que foi utilizado para fundamentar a teoria funcionalista, e em Hopper e Thompson (1980), que apresentam os Parâmetros de Transitividade utilizados para aferir o grau de transitividade de uma oração aplicados em narrativas, buscamos a base para estabelecer as análises empreendidas.

A motivação para esta investigação surge a partir do estudo realizado por Hopper e Thompson (1980), em que os autores investigam a transitividade e sua relação com o discurso em textos narrativos e deixam em aberto, ao final, a possibilidade de se trabalhar dentro dessa perspectiva com outros gêneros textuais. É importante ressaltar a escassez de trabalhos que investigam a transitividade nos gêneros textuais, em especial a respeito do gênero artigo de opinião. Este estudo pretende demonstrar, portanto, o comportamento da transitividade nesse gênero textual especificamente.

Acreditamos que a transitividade é um fenômeno sintático que está intimamente relacionado à construção do discurso. A nossa hipótese é de que em determinada parte do artigo de opinião a transitividade seja mais elevada no momento em que o autor estiver defendendo um ponto de vista, colocando-se no texto para fortalecer seu posicionamento, e seja mais baixa quando a intenção não estiver relacionada à defesa da tese, mas com finalidades diversas, como explicações e descrições. Esse estudo é capaz de demonstrar, portanto, como o fenômeno em questão influencia as escolhas discursivas do usuário da língua.

---

<sup>1</sup> O período e a quantidade de artigos de opinião se justificam face ao caráter qualitativo desta pesquisa e também em virtude do curto período do Mestrado – dois anos.

Esta dissertação está organizada em nove capítulos. O primeiro capítulo apresenta a motivação, os objetivos e a hipótese deste estudo. O segundo capítulo faz um breve percurso sobre a concepção da transitividade em algumas gramáticas tradicionais e também na linguística estrutural e gerativa, problematizando a temática desenvolvida. O terceiro capítulo trata do referencial teórico funcionalista e da relevância da investigação dentro desta perspectiva. O quarto capítulo caracteriza o artigo de opinião, mostrando as características desse gênero. O quinto capítulo traz a metodologia utilizada nesta pesquisa, de caráter qualitativo, que irá nortear a investigação do *corpus* eleito para análise. O sexto capítulo apresenta a análise do *corpus* feita através de tabelas em que são analisados os artigos de opinião com base na aplicação dos dez Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) e considerações feitas acerca dos dados. O sétimo capítulo consiste na apresentação dos resultados e discussões. O oitavo capítulo traz a conclusão desta dissertação, discutindo os resultados encontrados. O nono capítulo apresenta as referências bibliográficas utilizadas para dar suporte a esta pesquisa. Este trabalho possui ainda, nos anexos, os artigos de opinião na íntegra retirados do jornal “A Gazeta”.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, discutiremos a problematização do tema, apresentando, de forma breve, uma revisão de manuais de Gramática Tradicional e das teorias da Linguística Estruturalista e Gerativista, observando o tratamento dado ao tema da transitividade. Também será tratado o referencial teórico que sustenta a análise dos dados desta pesquisa: o funcionalismo norte-americano; além de expor, de forma breve, outras perspectivas teóricas dentro da tendência Funcionalista da Linguagem. Em seguida, será apresentada a transitividade sob o olhar de Givón (2001), Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001). Na sequência, será apresentado um estudo organizado por Abraçado e Kenedy (2014), em que são revisitados os Parâmetros de Transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980), e que também dá suporte a esta investigação.

### **2.1 Onde tudo começou: O problema da transitividade**

A comunicação humana sempre foi algo que despertou o interesse do homem. Compreender os fenômenos que permeiam essa comunicação, além de identificar os elementos que garantem um bom enunciado são desafios que aqueles que se debruçam sobre os estudos linguísticos enfrentam há muito tempo.

Para a Gramática Tradicional, o estudo da transitividade, uma das partes mais importantes da sintaxe para as línguas indo-européias, é realizado tendo como base o modelo construído pelos estudos clássicos: agente-ação-objeto, que supõe a passagem de uma ação de um sujeito para um objeto. Observando esse viés metodológico, são encontrados problemas, uma vez que a análise das línguas atuais ainda conta com a terminologia e com os conceitos baseados naqueles aplicados outrora nas línguas clássicas, como o latim e o grego (CANO AGUILAR, 1981).

O estudo da transitividade verbal é motivado pelas inúmeras dificuldades encontradas por docentes e discentes ao buscarem sua definição em manuais de gramática que, muitas vezes, mais desorientam do que orientam por levarem em consideração ora a concepção morfossintática, ora a concepção semântica do fenômeno eleito para este estudo. Um exemplo disso pode ser observado na proposição de Said Ali (1964), que classifica os verbos nocionais como transitivos e intransitivos. Para o autor,



TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS.

INTRANSITIVOS são os verbos que não necessitam de outro termo, como *viver, morrer, andar*, e bem assim são aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição (SAID ALI, 1964, p. 94).

Nessa perspectiva, os verbos que necessitam de complemento preposicionado são considerados intransitivos (como “O ensino compete ao mestre”), uma vez que aqui opera o conceito latino de transitividade (*transitivus*, que vai além) em que um verbo é considerado transitivo apenas se possuir uma passiva correspondente (“Eu comprei o livro” > “O livro foi comprado por mim”).

Além deste, outros gramáticos destoam da noção de transitividade apresentada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959 (de agora em diante, NGB), criada com o objetivo de estabelecer uma divisão de conteúdos, definindo a nomenclatura que deveria ser utilizada por professores no ensino de gramática. A NGB (1959) divide os verbos em transitivos (diretos e indiretos), intransitivos e de ligação.

Cunha e Cintra (2001) dividem os verbos em transitivos e intransitivos. Dentro do escopo dos transitivos, estão os: diretos, indiretos e diretos e indiretos.

Kury (1985, p.50), ao tratar dos complementos verbais, define o complemento adverbial como “o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial” e afirma que este pode ser expresso por um advérbio, uma locução ou uma expressão adverbial.

Embora participante da elaboração de NGB (1959), assim como Celso Ferreira da Cunha, Rocha Lima (2004) considera a seguinte classificação quanto à transitividade verbal: intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos e bitransitivos. Rocha Lima (2004) divide ainda os complementos verbais em complemento circunstancial (“Morar em Paquetá”) e complemento relativo (“assistir a um baile – assistir *a ele*”).

Assim, é possível vislumbrar um pouco da divergência classificatória existente entre as abordagens dos próprios gramáticos com relação à transitividade, pois, para Kury (1993) e Rocha Lima (2004), por exemplo, o verbo *morar* seria considerado um verbo transitivo adverbial e transitivo circunstancial respectivamente (“Ana mora em Vitória”), enquanto para gramáticos como Said Ali seria considerado um verbo intransitivo.

O dicionário Aurélio (2010) apresenta a classificação do verbo *morar* como verbo transitivo circunstancial, enquanto o dicionário Houaiss (2001) apresenta a classificação de verbo transitivo indireto para o verbo em questão. Além destes, Luft (2008), em seu “Dicionário Prático de Regência Verbal”, classifica o verbo *morar* como sendo predicativo locativo.

Dentro dos estudos linguísticos, a transitividade pode ser observada sob um olhar estruturalista. No entanto, no que concerne a esta teoria linguística, o fenômeno da transitividade não recebeu muita atenção. Poucos estruturalistas atentaram para a transitividade, entre os quais se destacam Andreas Blinkenberg, Charles Bally e Lucien Tesnière (CANO AGUILAR, 1981).

Na verdade, uma das grandes lacunas do Estruturalismo foi mesmo a sintaxe, uma vez que considerava que a oração era somente o lugar onde se combinavam os elementos da língua isolados pela análise da gramática estrutural. Para os estruturalistas, “a frase pertence à fala e não à língua (...), pois é próprio da fala a liberdade das combinações” (BALLY; SECHEHAYE, 1972). Por conta disso, a gramática gerativa acusa o estruturalismo de “taxonômico” e de ser um mero classificador de elementos, crítica esta que constituiu um dos tópicos mais discutidos pelo gerativismo.

De fato, no estruturalismo, a linguística estava limitada, restrita à rede de dependências internas nas quais os elementos que compõem a língua se estruturam, não podendo ir além dessa estrutura.

Segundo Cano Aguilar (1981), muitos linguistas rejeitam a divisão dos verbos em transitivos e intransitivos, uma vez que, para eles, seria necessária apenas uma diferenciação entre as suas estruturas de predicado como simples (intransitivos) e complexas (transitivos).

Para a Gramática Gerativa, a transitividade é uma propriedade do item lexical. Deste modo, muitos estudiosos propõem o estabelecimento de regras de subcategorização, pelas quais é possível, por exemplo, organizar os verbos em diferentes subclasses, tendo em vista o número de argumentos que eles selecionam e as características sintático-semânticas que esses argumentos devem possuir para que se formem sentenças gramaticais. Por hipótese, as propriedades referentes à estrutura argumental do verbo vêm marcadas desde o componente lexical, que é acessado pelo componente sintático para a formação de unidades complexas. Acredita-se que as propriedades semânticas impostas aos argumentos do verbo sejam universais, muito embora a codificação possa variar em função das línguas em jogo. Assim, o verbo

“gostar” prototipicamente seleciona sujeito Experienciador e complemento Causador de Experiência, embora, no português, o complemento seja um SP e, no inglês, um SN. Em princípio, pode-se, portanto, assumir que a grade argumento do verbo reflete, pelo menos em parte, o modo como apreendemos o mundo.

Com relação à abordagem Funcionalista a respeito da transitividade, cabe ressaltar a proposta de Abraçado e Kenedy (2014), que organizaram um estudo sobre os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980). Nessa pesquisa vários autores revisitam cada um dos traços que compõem a aferição da transitividade na sentença e esclarecem muitas questões que geram dúvidas e dificuldades para muitos estudiosos do tema. Este estudo será apresentado e discutido no capítulo do Referencial Teórico.

Ainda assim, há muito o que se investigar a respeito desse fenômeno que é a transitividade, e é sobre este estudo que se debruça a presente pesquisa.

## **2.2 Funcionalismo Linguístico**

O Funcionalismo Linguístico compreende um campo muito amplo de abordagens distintas, pois, como afirma Prideaux (1994, apud NEVES, 1997), há tantos funcionalismos quanto funcionalistas. No entanto, alguns elementos permitem estabelecer semelhanças entre esses vários “funcionalismos”, elementos estes que caracterizam, de maneira mais geral, a tendência Funcionalista.

Um dos pontos mais relevantes de uma teoria Funcionalista, sem dúvida, diz respeito ao seu objeto de estudo: a língua, considerada por Givón (1995) como uma entidade não-autônoma, ou seja, que não pode ser descrita sem levar em conta os aspectos cognitivos, sociais, culturais e sua finalidade comunicativa. Para um linguista funcionalista, o estudo da língua em uso é o que permite a investigação dos fenômenos linguísticos e a verificação de como a comunicação se estabelece de fato.

Os estudos que seguem a tendência funcionalista da linguagem tiveram início no Círculo Linguístico de Praga. O filósofo Husserl, influenciado pela teoria de Gestalt e também por seu contato frequente com o psicólogo alemão Karl Bühler, via a função como um elemento fundamental aos estudos sobre a linguagem, permitindo um olhar diferente das outras escolas estruturalistas europeias. A marca do Funcionalismo dos linguistas de Praga foi, portanto, a apropriação de uma noção teleológica de função, ou

seja, a concepção de que a língua deveria ser entendida como algo que é utilizado para um fim determinado.

Para o pólo formalista dos estudos sobre a linguagem, a análise deve privilegiar a forma linguística, deixando sua função em segundo plano; enquanto que para o pólo funcionalista, a função desempenhada pela forma linguística tem papel prioritário. Nesse sentido, vê-se mais uma característica que une as muitas abordagens funcionalistas existentes nos estudos linguísticos (NEVES, 1997).

Segundo Halliday (1973, *apud* Givón, 2001), uma abordagem funcionalista corresponde à investigação de como a língua é usada, é preciso compreender a que objetivos ela serve e como os indivíduos são capazes de atingir esses objetivos usando a fala, a audição, a leitura e a escrita. Para o teórico funcionalista representante da Escola de Londres, uma abordagem funcional significa tentar explicar a natureza das línguas: se a língua foi moldada pelo uso e de que forma isso pode se dar, como a forma linguística é determinada pela função a que ela se presta.

Para Simon Dik (1973, *apud* Givón, 2001), uma língua é concebida em primeiro lugar como instrumento de interação social entre seres humanos e possui o objetivo fundamental de estabelecer relações comunicativas entre falantes e receptores.

Givón (2001), um dos maiores representantes do Funcionalismo Norte-Americano, ancora-se em uma abordagem funcionalista que, segundo o autor, teve sua origem na indecisão fatal de Chomsky, quando este discute a relação entre sintaxe e o componente semântico. Apesar de insistir na arbitrariedade e na autonomia da gramática, Chomsky admite que a estrutura sintática profunda era isomórfica ao significado proposicional. Essa proposição foi logo descartada pelo autor gerativista (GIVÓN, 2001).

Em sua fase inicial, o Funcionalismo ainda mantinha seu foco na relação entre a gramática e a semântica proposicional, mas logo voltou-se para a proposição de que a maior parte do aparato gramatical serve à pragmática do discurso. Por discurso, entendem-se as estratégias que um determinado falante utiliza para organizar seu texto de forma que seja compreendido por um determinado ouvinte em uma situação específica.

Para Givón (2001), o papel da gramática no discurso é codificar simultaneamente a semântica proposicional e os elementos pragmáticos do discurso. Isso significa dizer que a gramática, no Funcionalismo, embora localizada na oração, possui seu escopo funcional constituído das relações de coerência entre o proposicional (a oração) e o seu contexto discursivo.

Apesar de reconhecer contribuições importantes advindas da utilização de análises de frases isoladas de um contexto comunicativo, como, por exemplo, o fato de terem auxiliado o direcionamento das análises de discurso natural, uma vez que permitiram a obtenção das diretrizes preliminares da estrutura da palavra e da estrutura da oração, Givón (2001) advoga em favor da análise da gramática em seu contexto comunicativo natural. Para o autor, as frases isoladas, embora possuam sua base empírica indiscutível, não são suficientes para explicar por que uma forma específica é utilizada. Em outras palavras, os falantes são capazes de compreender o conteúdo semântico-proposicional das orações, mas sem um contexto comunicativo não conseguem compreender a finalidade de determinada forma oracional.

### **2.3 A Transitividade na perspectiva funcionalista**

A seguir serão tratadas as abordagens funcionalistas de Givón (2001), Hopper e Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001) e também apresentada de forma breve uma revisão da proposta de Abraçado e Kenedy (2014), em que são revisitados os Parâmetros de Transitividade.

#### **2.3.1 A transitividade na perspectiva de Givón**

Para Givón (2001), a transitividade corresponde a um fenômeno complexo em que atuam os componentes sintático e semântico. Um evento transitivo prototípico é definido por suas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração, sendo, portanto, o agente intencional, ativo (agentividade); o paciente concreto e afetado (afetamento); ser um evento concluído, pontual (perfectividade). Segundo o autor, um item mais prototípico de uma categoria tende a ser processado automaticamente, ao passo que um item menos prototípico demandará um esforço maior do destinatário para compreender seu significado proposicional.

A transitividade na perspectiva de Givón (2001) compreende uma noção gradiente e não dicotômica, diferentemente do que se observa na Gramática Tradicional. A transitividade é gradiente porque a mudança que ocorre no objeto é uma questão de grau e também por depender de mais de uma propriedade para ser identificada. Sendo, também, ligada à semântica dos verbos, em que a transitividade prototípica refere-se à um objeto que é completamente afetado pela ação verbal.

Segundo Cunha e Souza (2011), os traços elencados por Givón (2001) para explicar o fenômeno da transitividade são uma questão de grau. Isso significa afirmar que um verbo transitivo pode receber uma subclassificação a depender da mudança física observada no paciente. Givón (2001) exemplifica essa subclassificação com os seguintes exemplos:

(1) Objeto criado:

a. He built a house. (Ele construiu uma casa)

(2) Objeto que foi totalmente destruído:

a. They demolished the house. (Eles demoliram a casa)

(3) Mudança física causada no objeto:

a. She sliced the salami. (Ela fatiou o salame)

(4) Mudança de lugar do paciente:

a. They moved the barn. (Eles mudaram o celeiro)

(5) Mudança superficial do objeto:

a. She washed his shirt. (Ela lavou a camisa dele)

(6) Mudança interna do objeto:

a. They heated the solution. (Eles aqueceram a solução)

(7) Mudança do objeto com um instrumento implicado:

a. He hammered the nail. (Ele martelou o prego)

(8) Mudança do objeto com modo implicado:

- a. They murdered her (“kill” with intention). (Eles a assassinaram) (“matar” com intenção)

Ainda assim, segundo o autor, existem verbos que recebem a classificação de transitivos quando, na verdade, não representam um evento transitivo prototípico, apesar de apresentarem sujeito e objeto. Isso pode ocorrer devido ao grau da mudança no objeto ou mesmo com relação ao agente.

Quando relaciona-se ao grau de mudança do objeto, como nos exemplos de Givón (2001): “She swam the Channel” (“Ela nadou o Canal”), o ponto de referência locativo é codificado pelo falante como um objeto direto por significar muito mais do que simplesmente “cruzar o Canal” e sim uma conquista. Ou seja, a mudança desse objeto é considerada mais importante do que um simples locativo.

Quando o desvio da transitividade prototípica relaciona-se ao agente, vê-se que geralmente isso ocorre com verbos de cognição, sensação ou volição e em que o objeto não registra mudança ou afetamento observável e, nesses casos, é o sujeito-experienciador que registra mudanças internas/cognitivas, tratam-se de verbos que representam mais estados do que ações (verbos como ver, ouvir, saber, entender, querer, sentir pertencem a essa subclasse).

Há também casos em que o desvio da transitividade prototípica se dá quando o sujeito e o objeto são o agente e o paciente de verbos recíprocos como pode-se observar em exemplos de Givón (2001): “John met Mary” (John encontrou Mary) e “John kissed Mary” (John beijou Mary). Nesses casos, é ressaltada a percepção que se faz do evento em questão, já que um dos participantes da oração é tido como mais relevante e, portanto, codificado como sujeito (CUNHA, SOUZA, 2011).

### 2.3.2 A transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Hopper e Thompson (1980), em seu texto clássico “Transitivity in grammar and discourse”, consideram que a transitividade é um fenômeno escalar e que deve ser visto num *continuum*, condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Para eles, a transitividade prototípica corresponde à transferência de ação de um agente para um paciente e à efetividade com a qual uma ação ocorre.

No texto de 1980, os autores analisam textos de narrativas para aplicar os Parâmetros de Transitividade, que correspondem a dez parâmetros sintático-semânticos elaborados para aferir o grau de transitividade de uma sentença. Embora sejam considerados independentes, cada um desses dez parâmetros atua em conjunto com os demais na língua, uma vez que sozinhos não são capazes de estabelecer o grau de transitividade de uma determinada sentença. Por exemplo, se considerarmos uma sentença como “Paula chegou na escola”, ao analisarmos a transitividade, segundo a perspectiva da Gramática Tradicional, teremos uma oração intransitiva. No entanto, com base nos parâmetros de Hopper e Thompson (1980), temos sete traços confirmados: cinesidade, perfectividade, pontualidade, intencionalidade do sujeito, polaridade afirmativa, modo *realis* e sujeito agente, sendo, portanto, de alta transitividade.

A saliência gramatical e semântica da transitividade é evidenciada de acordo com sua função de discurso característica: o alto grau de transitividade é correlato à figura/primeiro plano, e o baixo grau de transitividade ao fundo/segundo plano. Sendo assim, cláusulas de transitividade relativamente alta caracterizam a figura, ao passo que as de transitividade baixa caracterizam o fundo, sendo ambas partes de uma narrativa.

Embora partam de uma visão tradicional de transitividade, que corresponde a uma atividade que é transportada/transferida de um agente para um paciente, envolvendo, portanto, ao menos dois participantes e uma ação tipicamente efetivada de alguma forma, segundo Hopper e Thompson (1980), a transitividade é uma propriedade da cláusula inteira, e não apenas do verbo como designam os gramáticos tradicionais. Assim, diferentemente do que postula a Gramática Tradicional, para esta visão funcionalista da transitividade, não há necessidade da ocorrência dos três elementos concomitantemente: sujeito, verbo e objeto para que uma oração seja considerada transitiva. Por exemplo, em “Priscilla saiu de casa”, temos, para a Gramática Tradicional, uma oração intransitiva. No entanto, em uma análise funcionalista, levando em conta os Parâmetros de Transitividade, temos uma oração com grau 7 de transitividade e que é considerada uma oração com transitividade alta, mesmo possuindo apenas um sujeito e um verbo, sem ocorrência de um objeto.

Os Parâmetros de Transitividade sugerem uma escala em que a transitividade pode ser aferida de acordo com cada parte isolada que compõe a noção de transitividade



de uma sentença. Cada componente da transitividade envolve, assim, uma faceta diferente da efetividade ou da intensidade com que uma ação é transferida entre os participantes. A função dos Parâmetros de Transitividade é assinalar os elementos salientes no discurso que caracterizam a oração transitiva prototípica.

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não Perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Objeto totalmente afetado	Objeto não afetado
Individualização do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980, p. 2).

Os traços determinados nos Parâmetros de Transitividade correspondem às seguintes definições:

Participantes: só ocorre transferência se ao menos dois participantes estiverem envolvidos.

Cinese: ações podem ser transferidas de um participante para outro, estados não.

Aspecto: uma ação télica, vista em seu ponto final, é transferida mais efetivamente a um paciente do que uma atélica, em que não pode ser observado seu ponto final.

Pontualidade: ações realizadas sem uma fase de transição óbvia entre o começo e o fim têm um efeito mais marcado nos pacientes do que ações que são inerentemente contínuas.

Intencionalidade: o efeito causado no paciente é tipicamente mais saliente quando o agente é apresentado com uma ação proposital.

Polaridade: este parâmetro corresponde à afirmação/negação de uma ação. Ações que aconteceram de fato (afirmativas) podem ser transferidas, enquanto ações que não aconteceram (negativas), não.

Modo: é referente à distinção entre “realis” e “irrealis”. Um ação que não aconteceu, ou que é apresentada em um mundo não-real, é efetivamente menos óbvia do que uma ocorrência que corresponda a um acontecimento real.

Agentividade: participantes com agentividade alta podem realizar uma transferência de ação que de certo modo os participantes com agentividade baixa não podem.

Afetamento do objeto: o grau com o qual uma ação é transferida para um paciente demonstra como o paciente é completamente afetado.

Individuação do objeto: refere-se às distinções entre o paciente e o agente e também entre o objeto e o próprio fundo em que ele se encontra. Uma ação pode ser transferida mais efetivamente a um paciente que é individuado do que para aquele que não é. Esse traço pode ser identificado de acordo com o quadro a seguir, em que as propriedades da esquerda correspondem a um objeto mais individuado do que outro assinalado pelas propriedades da direita:

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Propriedades da individuação por Hopper e Thompson (1980, p. 3)

Hopper e Thompson (1980) demonstram a importância da análise dos fenômenos linguísticos ser feita de forma gradiente, num *continuum*, ou seja, em sequência, afirmando que muitos fatos gramaticais das línguas do mundo podem ser contabilizados se a transitividade for vista em um *continuum*. Além disso, o fato de que a transitividade é composta e que é, portanto, uma questão da cláusula inteira, e não somente a relação entre o verbo e o seu objeto, é, sem dúvida, uma grande contribuição elencada pelos autores e o que fornece a base para a análise a partir dos parâmetros listados. Essa proposição difere do que foi postulado pela Gramática Tradicional, que considera que a transitividade é uma propriedade do verbo apenas, não levando em conta os demais elementos que compõem a significação.

Sendo o discurso algo relacionado a uma função pragmática, organizado com base nos objetivos comunicativos do falante e também na percepção do falante das necessidades linguísticas de seu interlocutor, é possível distinguir o que é considerado central e o que é periférico. Relacionada à estrutura do texto, essa distinção corresponde aos planos discursivos, em que o elemento central equivale a figura e os elementos periféricos ao fundo. Segundo Hopper e Thompson (1980), a figura codifica eventos concluídos, pontuais, afirmativos, *realis*, que possuem um agente intencional, ou seja, de alta transitividade. Enquanto o fundo, correspondente à descrição de ações e eventos que ocorrem simultaneamente à figura, descrição de estados, localização dos participantes e comentários, é de baixa transitividade. Isso revela uma forte relação entre o grau de transitividade de uma sentença com base nos parâmetros e a definição de figura e fundo, dentro de textos narrativos.

### 2.3.3 A transitividade de Thompson e Hopper (2001)

O texto “Transitivity, Clause Structure, and Argument Structure: Evidence from Conversation”, de Thompson e Hopper (2001), apresenta uma análise diferenciada da proposta anterior. Neste texto, os autores analisam textos de fala, justificando que quase não existem estudos a respeito de cláusulas transitivas na conversação espontânea, uma vez que a base de dados para o estudo da transitividade ocorre, comumente, advindo de duas fontes: sentenças construídas e narrativas faladas ou escritas.

Sendo a conversação considerada por Bakhtin (1986, apud Thompson e Hopper, 2001) o gênero primário do qual todos os outros foram derivados, Thompson e Hopper (2001) afirmam que poderão encontrar nessa modalidade de comunicação respostas importantes sobre como a transitividade atua no discurso e na gramática.

O primeiro ponto constatado é de que a transitividade na conversação espontânea de adultos, em inglês, é mais baixa do que em textos escritos de narrativas, por exemplo.

Analisando as sentenças de conversação, Thompson e Hopper (2001) tiveram um banco de dados composto por 446 cláusulas de fala espontânea entre amigos e membros da família. Eles puderam provar que a fala espontânea é claramente menos transitiva, pois (i) 73% das cláusulas apresentaram apenas um participante; (ii) poucas sentenças foram identificadas com ação cinética e até mesmo os predicados que apresentavam ação cinética possuíam baixa transitividade nos textos de conversação analisados; (iii) com relação ao aspecto, evidenciaram que somente 14% das cláusulas de dois participantes são télicas; (iv) apenas 0,6% das cláusulas com dois participantes expressaram eventos pontuais; (v) em 84% das cláusulas de dois participantes o objeto não se mostrou afetado; (vi) cerca de metade das cláusulas tem confirmado o traço de intencionalidade; (vii) o modo *realis* também foi observado na maior parte das cláusulas analisadas, contando aproximadamente 70%; (viii) quase metade das sentenças foram altas em individuação do objeto; e (ix) nas cláusulas de dois participantes 97% apresentaram agente humano e, portanto, consideradas altas no traço agentividade.

Com relação aos participantes, vale ressaltar que, em orações como “I was wondering why I hadn’t hear from him” (“Eu estava me perguntando por que eu não tinha notícias dele”), os autores afirmam que cláusulas de complemento não podem ser

consideradas participantes da oração, uma vez que tais cláusulas são introduzidas por marcadores de epistemicidade (subjativos) e evidencialidade (marcadores que indicam algo sobre a fonte de informação do que foi proposto). Com exceção de cláusulas com complemento infinitivo, as demais orações subordinadas não podem ser consideradas participantes.

Mesmo as cláusulas que apresentaram a transitividade mais alta, estas não chegavam a completar os dez parâmetros, como em “I sent her a tape of you talking” (“Enviei a ela uma fita falando de você”) e “She sent it” (“Ela enviou”), duas das sentenças codificadas como as mais altas em transitividade, em que o parâmetro de pontualidade não é marcado positivamente. Assim, observa-se que não foram encontradas cláusulas com todos os parâmetros marcados positivamente.

Finalmente, confirma-se a proposição de ser a conversação baixa em transitividade, uma vez que a vasta maioria das cláusulas analisadas são de um participante e mesmo as cláusulas de dois participantes apresentaram transitividade baixa. Ou seja, o tipo mais frequente de cláusulas usadas pelos falantes em sua interação diária é de baixa transitividade.

#### **2.3.4 Os Parâmetros de Transitividade revisitados por Abraçado e Kenedy (2014)**

A proposta de Abraçado e Kenedy (2014) é examinar de forma detalhada o postulado de Hopper e Thompson (1980) em seu texto clássico sobre a transitividade. Para tanto, organizaram um estudo que discute as principais facetas de cada um dos Parâmetros de Transitividade, discutindo e aplicando esses parâmetros de maneira a também comprovar a efetividade dos componentes que compõem a transitividade.

Para a realização de experimentos com a finalidade de checar e analisar os traços que compõem o fenômeno da transitividade verbal, propostos por Hopper e Thompson (1980), foram realizados experimentos psicolinguísticos, que serviram para testar o comportamento linguístico com base em questionários elaborados especificamente para a investigação de cada variável controlada pelos pesquisadores. Segundo Kenedy,

Um experimento psicolinguístico cumpre o objetivo de testar empiricamente algum tipo de previsão acerca do comportamento linguístico a ser manifestado por um sujeito (o participante de uma tarefa), inserido numa situação controlada pelo experimentador, na qual se procura verificar se

certas variáveis independentes – isto é, variáveis controladas pelo pesquisador – podem estar relacionadas a alguma variável dependente – isto é, uma variável de resposta, um comportamento. (ABRAÇADO; KENEDY, 2014, p. 31)

Assim, esses testes foram aplicados aos sujeitos participantes da pesquisa e as perguntas tratavam dos diferentes assuntos relacionados à transitividade investigados.

Se seguir discorreremos brevemente sobre os resultados encontrados e sobre as contribuições desse estudo para a presente pesquisa.

Entre os resultados encontrados neste estudo a respeito do traço participantes, destaca-se (i) o fato de ter sido comprovado que cláusulas com dois participantes são mais transitivas do que cláusulas com um participante (“Maria Gadu **fuma** um cigarro x A mãe de Maria Gadu também **fuma**”, grifos do autor), apesar de que, mesmo envolvendo dois participantes, as cláusulas que não possuem um paciente prototípico são baixas em transitividade (“Milton Nascimento **gosta** do camarim”, grifos do autor), (ii) a constatação de que cláusulas reflexivas possuem transitividade em um nível intermediário entre cláusulas de um e de dois argumentos (“Holly May Hughe **está** próxima/ Holly May Hughe, de 16 anos, se **aproxima**/ Holly May Hughe **aproxima** o seu rosto ao de Bellotto e sussurra: estou nervosa”, grifos do autor), (iii) que orações com verbo-objeto possuem baixa transitividade (“Bellotto **dá uma pensadinha** e diz: por que eu estaria nervoso?”, grifos do autor), (iv) cláusulas com anáfora zero são mais transitivas do que em que o agente não está expresso (“Um vento forte sopra, derruba partituras, **alvoroça** as pessoas no camarim do palco Mundo” x Um vento forte começa a **alvoroçar** as pessoas do camarim do palco Mundo do *Rock in Rio*”, grifos do autor), (v) que cláusulas que apresentam paciente recuperável no contexto são mais transitivas do que aquelas que possuem um agente não referencial (“Os jovens se entregam a esse festival de música incrível, por isso eles **fotografam** o tempo todo” x “O ambiente dos camarins está animado, as pessoas **comem**, bebem, sorriem”, grifos do autor), (vi) que cláusulas nominalizadas apresentam baixa transitividade (“A grande preocupação de Malu Mader em relação ao show dos Titãs”), (vii) que o agente, mesmo estando distante do verbo, é fácil de ser recuperado no contexto (“Ele enche as tacinhas e champanhe e latinhas de cerveja, mas em seguida, as **derruba**”, grifos do autor) e (viii) que cláusulas em que o segundo elemento de uma locução verbal não possui o agente gramaticalmente expresso são menos transitivas do que as cláusulas em que ambos os

participantes estão manifestados (“Os filhos de Sérgio Britto e Branco Mello decidem **engendrar** uma travessura no camarim” x Os filhos de Sérgio Britto e Branco Mello **engendram** travessuras como personagens de HQ”, grifos do autor).

Com relação ao traço chinês, foi evidenciado que, apesar de independente dos demais traços, este relaciona-se diretamente com os traços aspecto e pontualidade. A noção de gradiência se mostrou fundamental para aferir o valor semântico dos verbos analisados, indo da ação até a não ação, em que se postula a característica escalar do traço chinês.

Sobre o traço pontualidade, buscou-se confirmar a hipótese de Hopper e Thompson (1980) de que ações mais pontuais contribuem para um maior grau de transitividade na sentença. Por não ter sido confirmada essa hipótese no primeiro teste elaborado, um segundo teste foi aplicado. Neste teste a intuição dos falantes foi verificada e constatou-se que a maior parte deles pode identificar a pontualidade nas sentenças. Assim, este resultado levou à elaboração de outra hipótese: que este traço é influenciado por outros componentes da transitividade.

Os traços componentes de agentividade e intencionalidade foram analisados com base no postulado de Hopper e Thompson (1980), que diz que para determinar o nível escalar de transitividade de uma sentença, é preciso que se considere também o contexto em que esta sentença está inserida, e isso, muitas vezes, gera dificuldades no que diz respeito à pertinência desses dois traços, uma vez que os verbos apresentam variadas possibilidades de realização discursiva. Ao final da investigação com a aplicação dos testes, evidenciou-se que um sujeito pode apresentar o traço agentividade e não ser intencional (“Ônibus atropela e mata dono da Lorenzetti em SP”).

O traço polaridade foi analisado com base em sentenças negativas, mas que apresentam valores discursivos diferenciados. Hopper e Thompson (1980) apresentam este traço de forma breve, afirmando que para distinguir sentenças afirmativas de negativas basta que seja constatada a presença de um elemento de negação. Nos resultados da aplicação dos testes, foi observado que os falantes identificam a função discursivo-pragmática das sentenças, considerado o contexto em que foram inseridas.

O traço modalidade é discutido a partir da diferença entre *realis* e *irrealis*, que dizem respeito à realização ou não do evento, sendo o primeiro referente ao indicativo,

por meio da apresentação dos fatos, e o segundo referente ao subjuntivo, por meio da proposição de hipóteses, dúvida ou opinião. Com relação aos planos discursivos, Hopper e Thompson (1980) associam o modo *irrealis* ao fundo, por representar uma situação hipotética e restringir-se a representar o cenário, e o modo *realis* à figura, por apresentar o ponto de vista do falante diante do evento verbal. Para discutir a identificação dos modos *realis* e *irrealis*, foram aplicados testes nos quais os informantes deveriam indicar se os eventos apresentados correspondiam a algo que de fato ocorreu ou não. Com os testes, comprovou-se que eventos inseridos no modo *irrealis* são percebidos como sendo menos transitivos do que eventos no modo *realis*, além disso, que o traço modalidade não deve ser interpretado apenas como um paradigma morfológico, mas sim com base nos julgamentos de falante e ouvinte como em um evento comunicativo.

A análise dos traços aspecto e afetamento do objeto teve como objetivo principal verificar a relação existente entre telicidade e o afetamento do objeto (total ou parcial). Segundo Hopper e Thompson (1980), o grau de afetamento do objeto relaciona-se diretamente à perfectividade da ação verbal, sendo assim, a hipótese é de que ações perfectivas possuem um maior grau de afetamento do objeto do que ações imperfectivas. Além disso, há a importante proposição do graus intermediários de afetamento do objeto, diferenciando-se da proposta clássica de Hopper e Thompson (1980), considerando a relação entre o objeto e os muitos tempos verbais. Os resultados encontrados a partir da aplicação de testes foram que (i) verbos do perfectivo são percebidos pelo falante como os responsáveis pelo afetamento total do objeto, (ii) enquanto os verbos de imperfectivo foram percebidos de diferentes formas: verbos no futuro do presente demonstraram objetos percebidos como não afetados, verbos no gerúndio no pretérito imperfeito e no presente demonstram o afetamento do objeto de forma escalar, sendo o gerúndio em segundo lugar, seguido do pretérito imperfeito e do presente, nesta ordem. Em primeiro lugar posiciona-se o pretérito perfeito, demonstrando objeto totalmente afetado. Assim sendo, confirma-se a hipótese da necessidade de uma análise escalar nesse sentido, sendo o pretérito perfeito relacionado ao objeto totalmente afetado, seguido do gerúndio, pretérito imperfeito e presente do indicativo, nesta ordem, como intermediários e do futuro do presente relacionado ao objeto não afetado.



O último traço revisitado diz respeito à individuação do objeto, sobre o qual, a partir da aplicação dos testes, observou-se que o pressuposto inicial de que uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um não individuado confirma-se. Os traços para a análise da individuação do objeto próprio/comum, humano e animado/inanimado, concreto/abstrato, singular/plural, contável/não contável e referencial/não referencial contribuem para ratificar o postulado da natureza escalar da transitividade.

## 2.4 Contribuições

É importante ressaltar as contribuições do presente referencial teórico para esta pesquisa. O Funcionalismo Linguístico é a teoria que norteia esta investigação. Nessa perspectiva teórica, é levado em consideração o estudo da língua em uso, o que justifica as análises dos artigos de opinião do jornal “A Gazeta”.

As abordagens de Givón (2001), Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001) estão inseridas na teoria funcionalista norte-americana e fundamentam o que entendemos por transitividade, além de direcionarem as análises das sentenças do *corpus*.

A principal relevância do livro “Transitividade traço a traço”, organizado por Abraçado e Kenedy (2014), foi com relação às discussões do traço componente participantes, que auxiliou nas análises dos artigos de opinião. As discussões dos demais traços também foram muito úteis para esclarecer a teoria de Hopper e Thompson (1980) e dar clareza na delimitação dos traços no momento da análise do *corpus* da presente pesquisa.

Em seguida será apresentado o gênero artigo de opinião, suas características, bem como definições de autores diversos a respeito desse gênero textual.

### 3. O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Neste capítulo será definido o gênero artigo de opinião a partir de abordagens de linguistas e também de manuais jornalísticos, como o jornal “Folha de São Paulo”.

São muitos os gêneros textuais existentes e, por isso, muitas vezes é difícil classificá-los de maneira unívoca, uma vez que alguns são determinados pelos aspectos formais, enquanto outros pela sua função (MARCUSCHI, 2008). Sendo assim, os variados gêneros textuais não se caracterizam por formas estruturais fixas e definidas, mas sim influenciados pelas diversas esferas da atividade humana, servindo a determinados objetivos específicos em situações sociais particulares.

Antes de situar o gênero artigo de opinião, é importante compreendermos a definição de gêneros textuais. Para Bakhtin (2000), a língua é considerada um instrumento social, histórico e cognitivo, permitindo, assim, ao indivíduo intervir e agir no meio em que está inserido. E é através dos gêneros textuais que essa inserção se torna possível.

Segundo Bakhtin,

“todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua”. (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Marcuschi (2002) discute a formação dos gêneros textuais e afirma que estes são altamente maleáveis e surgem das necessidades e das atividades sócio-comunicativas e culturais dos usuários da língua, o que pode ser facilmente percebido se forem considerados os inúmeros gêneros textuais existentes.

Para o autor,

“em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente”. (MARCUSCHI, 2002, p. 21).

Os gêneros textuais podem ser encontrados nas modalidades oral e escrita. Marcuschi (2001, p. 37), afirma, no entanto, que "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais da produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos".

Para ele, a fala e a escrita devem ser encaradas com uma visão não-dicotômica:

“O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais discursivas, relações lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos.” (MARCUSCHI, 2001, p. 42).

O artigo de opinião, gênero textual eleito para a investigação nesta pesquisa, é um texto jornalístico argumentativo que se caracteriza por expor a opinião do seu autor. Pode ser chamado de matéria assinada ou coluna (quando substitui uma seção fixa do jornal). O artigo de opinião é um gênero que contém sempre um título polêmico ou provocador e expõe uma ideia ou ponto de vista sobre algum assunto específico a ser discutido. Conforme Rodrigues, nesse gênero, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, do que a sua análise e a posição do autor frente ao tema (RODRIGUES, 2007, p. 174).

Embora seja, na maioria das vezes, um gênero livre, que expressa a opinião do próprio autor sem ter relação com a opinião do jornal ou revista em que é veiculado, alguns jornais têm a prática de editar artigos que não estejam em consonância uns com os outros (artigos de opinião) e com a opinião do veículo, como o jornal *Folha de S. Paulo*, que determina que

A Folha tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. (...) Embora a responsabilidade jurídica pelo artigo caiba a quem o assina, a responsabilidade jornalística e política cabe ao jornal. (MANUAL DA FOLHA, 2001, p. 107).

Este gênero textual pode aparecer com linguagem objetiva, em 3ª pessoa, ou subjetiva, em 1ª pessoa, além de utilizar predominantemente verbos no presente, também é constituído, na maior parte das vezes, por três partes principais: exposição da ideia (apresentação do tema), interpretação e opinião. A opinião é, comumente, apresentada com liberdade na expressão dos argumentos e exige um bom direcionamento pessoal. Embora essas estruturas sejam mais comuns, é possível que existam artigos de opinião elaborados de maneiras distintas, considerando a natureza instável dos gêneros textuais.

Segundo Barbosa e Rabaça (2005), em seu Dicionário de Comunicação, o artigo é caracterizado como um

Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística. (BARBOSA, RABAÇA, 2005, p. 42).

Segundo Antunes, “quem escreve, na verdade, escreve para alguém, ou seja, está em interação com outra pessoa. Essa pessoa é a medida, é o parâmetro das decisões que devemos tomar acerca do que dizer, do quanto dizer e de como fazê-lo” (2006, p. 46). Sendo assim, ao escrever um artigo de opinião, o autor pode decidir que tipo de linguagem irá utilizar, podendo ser uma linguagem mais simples ou uma linguagem mais rebuscada. A primeira conta com palavras e expressões mais cotidianas, usuais e familiares, além de uma organização sintática mais acessível ao leitor, enquanto a segunda emprega palavras e expressões que são menos comuns e com uma organização sintática mais elaborada. A escolha da linguagem utilizada irá depender do público alvo do artigo.

Considerando nossa hipótese, a escolha do gênero artigo de opinião se justifica justamente em ser este um gênero que difere das narrativas, já trabalhadas nessa perspectiva por Hopper e Thompson (1980). Tratam-se também de textos que envolvem forte argumentação e exposição de fatos, o que permite a identificação da intencionalidade discursiva do usuário da língua e que permite-nos relacionar essas intenções ao fenômeno da transitividade.

Em jornais e revistas de grande circulação no Brasil, há pessoas específicas responsáveis pelos artigos de opinião publicados diariamente. São pessoas, geralmente, que possuem algum destaque social e/ou jornalistas que trabalham escrevendo as colunas todos os dias.

Em nossa pesquisa, optamos por coletar artigos de opinião do jornal A Gazeta da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Este jornal é o mais antigo em circulação no estado e atinge um grande número de leitores. O jornal A Gazeta, diferentemente do que se vê na maior parte de jornais e revistas no Brasil, costuma dar voz a pessoas “comuns” na hora de escolher seus articulistas. Comumente, vê-se estudantes, magistrados, atores, arquitetos, advogados, professores, entre outros, escrevendo as colunas de artigos de opinião de A Gazeta. Neste jornal, o artigo de opinião se caracteriza como um gênero bastante democrático, em que qualquer pessoa pode ser articulista e é comum que os artigos de opinião publicados nos jornais sejam assinados pelos mais diferentes indivíduos da sociedade, não somente por jornalistas.

Essas pessoas são escolhidas para falarem de temas que dominam e nos quais estão inseridos diretamente. Argumentam e expõem fatos a respeito dessas temáticas, mostrando que, de fato, compreendem e conhecem a questão discutida.

No capítulo a seguir será apresentada a metodologia adotada para a realização desta dissertação.

#### 4. METODOLOGIA

Neste capítulo, detalharemos os procedimentos que foram adotados para a realização desta pesquisa, como: informações sobre o *corpus* eleito, a maneira como foi realizada a análise de dados e a justificativa do caráter qualitativo desta dissertação.

A princípio, foi realizada uma revisão da literatura que deu base a essa dissertação. Essa revisão foi fundamental para nortear nossos estudos e fundamentar nossas análises.

Com vistas à identificação do grau de transitividade de sentenças nos artigos de opinião, para a realização desta pesquisa, o *corpus* foi composto por 6 artigos de opinião coletados semanalmente do jornal A Gazeta da cidade de Vitória - ES entre os meses de Março e Abril de 2015. No total, foram analisadas 130 sentenças.

A escolha do jornal A Gazeta deve-se ao fato de ser um jornal de grande circulação na Grande Vitória e também nas outras regiões do estado, atingindo diversas classes sociais. Além disso, é um jornal muito tradicional no Espírito Santo desde 1928, ano de seu surgimento, e no que tange a sua veiculação, disputa com o Jornal A Tribuna a liderança no estado.

Os artigos de opinião não foram escolhidos por terem um tema em comum, ao contrário, os temas abordados nos artigos de opinião eleitos são variados, conforme mostra o quadro a seguir:

<b>Jornal A Gazeta – Artigos de opinião</b>		
<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>
04/03/2015	Repensar as metrópoles	Isabella Batalha Muniz Barbosa
11/03/2015	Tempos difíceis	Cássio Rebouças de Moraes
18/03/2015	Pagou, passou	Artelírio Bolsanello
25/03/2014	Desperdício histórico	Henrique Casamata
01/04/2015	Conquistas e desafios do teatro capixaba	Duílio Kuster
08/04/2015	Juízes divergentes	João Baptista Herkenhoff

Quadro 1: Artigos de opinião

Tendo caráter qualitativo, esta pesquisa não prioriza a quantificação dos dados. Nosso interesse consiste em realizar uma análise que promova a discussão das características linguísticas de cada um dos artigos de opinião de forma detalhada. O referencial teórico eleito foi o Funcionalismo, que permite a investigação da língua em uso e suas particularidades no processo comunicativo.

A investigação dos gêneros textuais “engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Utilizar o gênero artigo de opinião na análise aqui empreendida revela-se importante, uma vez que nos permite identificar na linguagem em funcionamento o comportamento da transitividade.

Os artigos de opinião foram escolhidos semanalmente e possuem temas variados, além de serem assinados por pessoas de formações diversas, como médicos e advogados, por exemplo, que é uma característica encontrada no jornal A Gazeta.

A importância de se analisar o gênero artigo de opinião reside no fato de ser este um texto argumentativo ainda pouco investigado, sobretudo com respeito à transitividade. Além disso, Hopper e Thompson (1980), não estudaram textos argumentativos e sua relação com o fenômeno da transitividade.

Também é possível notar a influência da transitividade nesse gênero textual, de forma que determinados trechos com transitividade mais elevada ou mais reduzida revelam particularidades que caracterizam esse gênero.

Para procedermos a análise, postulamos uma macroestrutura para os artigos de opinião, dividida em três principais partes (i) a apresentação do tema, em que o autor expõe a ideia a ser discutida, situando o tema, (ii) a interpretação do tema, em que o autor apresenta informações relevantes sobre a temática discutida para direcionar seu ponto de vista e (iii) a opinião, parte do artigo em que o autor, de fato, apresenta seu posicionamento frente à questão debatida no texto.

Essa divisão foi identificada nos artigos de opinião do jornal A Gazeta, conforme o exemplo “Embora saibamos que existem juízes fantásticos”, em que este trecho mostra a apresentação da temática que será desenvolvida no decorrer do texto, introduzindo o assunto dos problemas encontrados no judiciário brasileiro.

Já a parte de interpretação do tema, temos como exemplo o seguinte excerto “sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro, que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) - mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados - ignorando as defesas e as teses apresentadas, colocando-se na posição de verdadeiros combatentes do crime”, em que são apresentadas algumas informações que completam a apresentação do tema (visto anteriormente).

Enquanto a parte da opinião pode ser identificada no final do mesmo parágrafo, observado no trecho “o que está longe de ser a função de um magistrado”. Assim, vemos a opinião defendida pelo autor quando assume que esses atos citados não correspondem à função de um magistrado.

Também se mostra relevante adotar essa divisão, pois possibilita uma análise capaz de demonstrar as motivações pragmáticas de cada sentença dentro do artigo de opinião, revelando a intenção do autor ao expor suas ideias e permitindo que as relacionemos com o grau de transitividade em que se inserem.

Foram criados quadros para cada artigo de opinião, nos quais cada sentença foi separada para que fossem aplicados os Parâmetros de Transitividade de Hopper e



Thompson (1980) com a finalidade de aferir o grau de transitividade em cada parte do artigo analisado. Consideramos sentença a reunião de uma ou mais orações. Para Trask (2001), o termo sentença corresponde “a maior unidade estritamente gramatical numa língua”. Nas sentenças complexas, apenas serão analisadas as orações principais e as que equivalem a um adjunto adverbial, como em “Quando as férias chegarem, Paulo vai viajar”, em que seriam analisadas as duas orações.

Com relação à aferição da transitividade utilizando os parâmetros e para nortear nossa análise, seguimos a seguinte divisão: cláusulas com até três traços marcados positivamente foram consideradas de transitividade baixa, cláusulas que tinham entre 4 e 6 traços marcados positivamente foram consideradas de média transitividade e cláusulas com 7 ou mais traços marcados positivamente foram consideradas de alta transitividade, conforme quadro a seguir:

<b>Grau de transitividade</b>	<b>Quantidade de traços marcados positivamente</b>
Baixa	Até 3 traços
Média	Entre 4 e 6 traços
Alta	7 ou mais traços

Quadro 2: Graus de transitividade

Essa divisão permite uma categorização dos diferentes graus de transitividade nas sentenças dos artigos de opinião para que, ao final, seja possível estabelecer as características que corroboram para a transitividade mais alta ou mais baixa dentro do texto analisado.

## 5. ANÁLISES E RESULTADOS

Este capítulo tem por finalidade traçar a análise do *corpus* utilizado nesta pesquisa, demonstrando a realização das análises empreendidas e também discutir os resultados obtidos através dessas análises com base nos Parâmetros de Transitividade, resumindo, de forma breve, as características do gênero artigo de opinião com respeito ao fenômeno da transitividade.

A análise aqui empreendida possui caráter qualitativo, portanto, buscamos traçar as características encontradas nos artigos de opinião investigados a respeito do fenômeno da transitividade. É importante destacar esse caráter qualitativo, uma vez que não objetivamos recolher um grande volume de dados, mas sim analisar uma quantidade menor de artigos para discutir suas características.

O primeiro artigo de opinião analisado, intitulado “Repensar as metrópoles”, apresenta uma temática voltada para a questão das grandes cidades e os problemas estruturais que são enfrentados diariamente nesses lugares, além da aprovação do Estatuto da Metrópole e suas consequências nesse quadro. A análise realizada pode ser verificada no quadro a seguir:

<b>Apresentação do Tema</b>	<b>Interpretação do Tema</b>	<b>Opinião</b>	<b>Parâmetros de Transitividade</b>
A recorrente aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/15) estabelece conceitos e diretrizes para a governança interfederativa			Participantes, cínese, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 6 – transitividade média
e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum.			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 4 - transitividade média

		Nessa diretiva, a mobilidade urbana é emblemática do “pensar metropolitano”.	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
Para melhor convergência do interesse comum dos territórios metropolitanos, a referida Lei exige um plano de desenvolvimento integrado para estabelecimento de critérios e operacionalização dos instrumentos da governança, sejam os critérios estabelecidos por estudiosos ou instituições de pesquisas, permeadas pelo adensamento populacional e de atividades: megalópoles, metrópoles e aglomerados urbanos.			Participantes, cínese, pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 5 - transitividade média
Alguns urbanistas defendem a tese que até 2050 teremos centenas de cidades mundiais			Participantes, cínese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , agente, afetamento do O. Grau 7 – transitividade alta
		que, para além da questão demográfica, serão	Afirmativa. Grau 1 – transitividade baixa

		nós de decisões em rede e de domínio do capital financeiro,	
	sendo que pelo menos dez metrópoles brasileiras farão parte dessas megacidades.		Participantes, afirmativa, O indivíduo. Grau 3 – transitividade baixa
No vigor do debate metropolitano no Brasil, vale lembrar que as cidades são antes de tudo dinâmicas.			Participantes, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
		Portanto, repensar as metrópoles é sempre um desafio mesmo com respaldo jurídico mais amplo,	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
	o que impõe avaliar questões externas e outras variáveis que interferem diretamente.		Participantes, cinese, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 4 – transitividade baixa
Enquanto a ideia de “recentralização” para superação dos problemas metropolitanos de cidades como São Paulo norteia o seu novo Plano Diretor,			Participantes, cinese, afirmativa, <i>realis</i> , O indivíduo. Grau 5 – transitividade média
	por outro lado, há o fenômeno do “esvaziamento” gradativo de cidades		Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa

	consolidadas, presente especialmente nas cidades americanas.		
Detroit, além de coleccionar os piores indicadores de um país desenvolvido,			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
	os argumentos para esvaziamento da cidade se explicam pela falência da indústria automobilística, corrupção e taxa de desemprego de 50%.		Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
New Orleans não se recuperou com as tempestades do furacão Katrina (2005)			Perfectivo, <i>realis</i> , O afetado, O individuado. Grau 4 – transitividade média
e está esvaziada.			Pontual, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa
No Meio-Oeste americano, o alto preço do combustível para grandes deslocamentos necessários, sem que esteja associado à infraestrutura adequada, propicia a intensa migração e o abandono de algumas cidades.			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 4 – transitividade média
		Estas situações nos fazem refletir as	Participantes, intencionalidade do

		metrópoles sempre vinculadas à economia e às decisões geopolíticas.	sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O indivíduo. Grau 6 – transitividade média
		Restringir-se à Lei não condiciona o sucesso de sua implementação se considerada a complexidade do tema,	Participantes, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
mas de qualquer modo, o Estatuto é um avanço ao fazer valer o compromisso do interesse metropolitano em detrimento do contexto local, sendo a visão multidisciplinar do conjunto de fatores interferentes fundamental.			Pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa

Quadro 3: Análise do artigo de opinião “Repensar as metrópoles”

Nossa hipótese inicial sugeria que as partes do artigo de opinião relacionadas à defesa da tese e à opinião do autor teriam transitividade mais elevada do que as partes relacionadas à apresentação do tema. Ao contrário disso, observamos que a transitividade se mostrou mais elevada na maior parte das sentenças de apresentação do tema e mais baixa na interpretação e na opinião do autor, tendo somente uma sentença de opinião com transitividade mais alta:

- (1) “*Estas situações nos fazem refletir as metrópoles sempre vinculadas à economia e às decisões geopolíticas.*” **Trecho do artigo de opinião “Repensar as Metrópoles”.**

Este trecho foi o único de opinião que apresentou transitividade mais elevada, ainda assim considerada média, tendo confirmados 6 parâmetros: Participantes, intencionalidade do sujeito, afirmativa, *realis*, sujeito agente, O individuado.

O artigo “Tempos difíceis” diz respeito à dificuldade encontrada por advogados frente a juízes que, muitas vezes, dificultam o trabalho com sua arrogância e sentimento de superioridade.

<b>Apresentação do tema</b>	<b>Interpretação do tema</b>	<b>Opinião</b>	<b>Parâmetros de Transitividade</b>
Os últimos dias têm sido profícuos em demonstrar descalabros praticados por membros do Judiciário.			Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
É o juiz-acusador da Lava Jato, o juiz-flanelinha de carros de luxo, o juiz-pianista...			Pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
Aqui mesmo, em casos não midiáticos, temos nossos exemplos...			Participantes, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	Desanimadoras, de fato, essas são notícias que, embora tratem de situações absurdas,		Pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		revelam um pouco (e de forma extrema) o que têm sentido na pele advogados por todo o país.	Participantes, cínica, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , O individuado. Grau 6 – transitividade média

Embora saibamos que existem juízes fantásticos,			Participantes, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O individuado. Grau 6 – transitividade média
	sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro,		Participantes, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , agente, O individuado. Grau 6 – transitividade média
	que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) –		Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O individuado. Grau 8 – transitividade alta
	mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados -,		Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O individuado. Grau 8 – transitividade alta
	ignorando as defesas e as teses apresentadas,		Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta
	colocando-se na posição de		Cinese, pontual, intencionalidade do



	verdadeiros combatentes do crime,		sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 7 – transitividade alta
		o que está longe de ser a função de um magistrado.	Participantes, pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 4 – transitividade média
	E, quando postos em xeque,		Participantes, cinese, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado, O individuado. Grau 7 – transitividade alta
	fecham-se ainda mais,		Cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 8 – transitividade alta
	utilizando-se do “argumento de autoridade”		Cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 7 – transitividade alta
	quando lhes falta a “autoridade do argumento”.		Cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 6 – transitividade média
		Não pode ser esta a lógica.	Pontual, <i>realis</i> . Grau 2 –

			transitividade baixa
	O juiz também está obrigado a fundamentar suas decisões		Pontual, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 4 – transitividade média
	e a utilizar-se da razão e não da arbitrariedade, no desempenho de sua função pública,		Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 7 - transitividade alta
	mas o papel tudo aceita		Participantes, cinese, pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 5 – transitividade média
		e nos cabe recorrer.	Cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
Sempre que deparo com situações-limite, como algumas da prática cotidiana e outras tantas, noticiadas Brasil afora,			Participantes, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , agente. Grau 5 – transitividade média
me lembro das palavras do criminalista Vinicius Bittencourt, que engrandeceu o Espírito Santo com			Participantes, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 6 –

sua advocacia:			transitividade média
“É obvio que há juízes admiráveis como há sacerdotes piedosos.			Pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		Alguns, todavia, não têm vocação para a magistratura.	Participantes, pontual, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
	São recalcados, presunçosos ou psicopatas que nela ingressam como ingressariam em qualquer função pública, buscando privilégios.		Pontual, afirmativa, <i>realis</i> , agente. Grau 4 – transitividade média
	Interpretam a lei como se ela fosse de borracha		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado. Grau 6 - transitividade média
	e existisse para servir ao carreirismo, à sua vaidade, às suas antipatias ou aos interesses dos amigos ou de sua parentela.		Participantes, pontual, afirmativa. Grau 3 – transitividade baixa
		Essa falta de vocação também determina a aversão aos livros, e, conseqüentemente, uma tendência a suprir a ignorância com	Participantes, cinese, pontual, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 5 – transitividade média

		arbitrariedade”.	
		Essa fala, apesar de quase hostil, demonstra a truculência com que tem sido tratada a advocacia (especialmente a criminal) no Brasil.	Participantes, cinese, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 4 – transitividade média
Advogados mais antigos nos revelam			Participantes, cinese, perfectivo, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O individuado. Grau 9 – transitividade alta
que era menos difícil advogar nos tempos da ditadura militar,			Participantes, cinese, perfectivo, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta
	pois, mesmo perdendo, ao menos eram ouvidos.		Cinese, perfectivo, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 8 – transitividade alta
Evaristo de Moraes Filho já nos disse que, apesar dos percalços na defesa das liberdades, “a história tem sido generosa conosco”,			Participantes, cinese, perfectivo, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O individuado. Grau 9 –

			transitividade alta
		mas, atualmente não há como negar:	Cinese, intencionalidade do sujeito, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 4 – transitividade média
		são tempos difíceis para a Defesa.	Afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 2 – transitividade baixa

Quadro 4: Análise do artigo de opinião “Tempos Difíceis”

Neste artigo, observamos que a transitividade no momento de opinião e, principalmente, de defesa/interpretação do tema se mostrou um pouco mais elevada do que no artigo anterior, com sentenças de alta transitividade no momento de interpretação do tema, como nas sentenças abaixo:

- (2) “(...) *que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) – mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados -, ignorando as defesas e as teses apresentadas, (...)*”. **Trecho do artigo de opinião “Tempos difíceis”.**

No trecho acima, temos confirmados os seguintes parâmetros: Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, *realis*, sujeito agente, O individuado, revelando alta transitividade.

No terceiro artigo, intitulado “Pagou, passou”, vemos um tema bastante provocativo no que diz respeito à formação de professores não só no estado do Espírito Santo, mas também em todo Brasil. Trata-se da irregularidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados por muitas instituições que “vendem” os títulos sem cumprir de fato as regras estabelecidas para estes cursos, prejudicando, assim, a educação no país.

Apresentação do tema	Interpretação do tema	Opinião	Parâmetros de Transitividade
Em razão da falta			Afirmativa, <i>realis</i> .

<p>de controle da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, há muito tempo cobrado pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, a oferta irregular de cursos de pós-graduação lato sensu tem sido uma prática comum no Espírito Santo, como, aliás, em todo o resto do Brasil.</p>			<p>Grau 2 – transitividade baixa</p>
<p>Esses cursos oferecem certificação fácil a quem se propõe pagar por ela e a quem deseja apenas um documento a mais para ‘engrossar’ o currículo, visando a participação em concurso ou à promoção funcional em sua empresa, sem nenhuma preocupação com a qualidade desses cursos.</p>			<p>Participantes, cínico, pontual, afirmativa, <i>realis</i>, O afetado. Grau 6 – média transitividade</p>
	<p>É comum constatar-se que quase sempre a oferta desses cursos não é feita pela instituição que os</p>		<p>Afirmativa, <i>realis</i>. Grau 2 – transitividade baixa</p>

	certifica.		
	Na maioria das vezes, por estarem sob jurisdição federal, não compete ao Conselho Estadual de Educação fiscalizar essas práticas,		Participantes, <i>realis</i> , O afetado. Grau 3 - transitividade baixa
		mas diante de reiteradas denúncias, sentimentos na obrigação de alertar instituições e órgãos públicos da administração estadual e municipal,	Participantes, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 4 - transitividade média
		no sentido de ficarem atentos em relação à apresentação de certificados de pós-graduação, quando promovem seus concursos públicos ou processos seletivos.	Participantes, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 4 - transitividade média
Se a instituição superior ofertante e certificadora do curso for de natureza privada ou pública federal, ela deverá ter credenciamento do MEC;			Afirmativa. Grau 1 - transitividade baixa
	se a instituição for pública estadual ou municipal, ela precisará ser		Afirmativa. Grau 1 - transitividade baixa

	credenciada pelo Conselho Estadual de Educação.		
	No caso de oferta de cursos de pós-graduação na modalidade de educação à distância, os polos regionais precisam estar necessariamente credenciados pelo MEC.		Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
	Esclareça-se que os cursos de pós-graduação lato sensu compreendem os cursos de especialização, inclusive os de MBA, que se seguem à graduação, destinando-se ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico.		Participantes, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 4 – transitividade média
Esses cursos apresentam algumas exigências:			Participantes, cínese, pontual, <i>realis</i> , afirmativa, O afetado. Grau 6 – transitividade média
destinam-se apenas aos portadores de diploma de curso superior;			Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa
devem ter duração			Participantes,



mínima de 360h;			afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa
o aluno deve apresentar ao final do curso uma monografia ou trabalho de conclusão de curso;			Participantes, cinese, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 8 – transitividade alta
e os certificados devem ser expedidos segundo critérios de avaliação previamente estabelecidos por instituição devidamente credenciada e que efetivamente tenha ministrado o curso.			Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa
	Se a instituição que ofertou o curso descumpriu alguma dessas exigências previstas em legislação própria, ela não ofereceu um curso de pós-graduação, mas um 'curso livre';		Participantes, afirmativa, O afetado. Grau 3 – transitividade baixa
	e eventual oferta de curso livre como se fosse curso de pós-graduação configura irregularidade no campo dos direitos civil e do consumidor, além		Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa

	de irregularidade penal.		
		Nesse caso, o engrupido cidadão poderá recorrer aos órgãos de defesa do consumidor, ao Ministério Público ou aos órgãos do Poder Judiciário.	Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O individuado. Grau 6 – transitividade média

Quadro 5: Análise do artigo de opinião “Pagou, passou”

No artigo acima, a transitividade se mostrou mais elevada nas partes de apresentação do tema e mais baixa nas partes de opinião e interpretação do tema, o que também se distancia de nossa primeira hipótese.

O artigo “Desperdício histórico” diz respeito ao desperdício de água no Brasil, que remonta à nossa colonização. Versa sobre a forma como os colonizadores agiram e como os governantes de hoje ainda agem de maneira equivocada em relação à água disponível em nosso território.

<b>Apresentação do tema</b>	<b>Interpretação do tema</b>	<b>Opinião</b>	<b>Parâmetros de Transitividade</b>
Em Araçatuba, Viana, iniciou-se o processo de desenvolvimento do Espírito Santo.			Participantes, cinese, perfectivo, afirmativa, <i>realis</i> , O afetado. Grau 6 – transitividade média
No século XVIII, os jesuítas espanhóis se instalaram neste lugar bucólico, com a finalidade de			Participantes, cinese, perfectivo, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito

desenvolver a agricultura e dar continuidade à catequese indígena.			agente. Grau 8 – transitividade alta
Conta-se que os índios Tupiniquins foram capacitados a trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, além de outros alimentos necessários ao abastecimento da sede da Capitania,			Cinese, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
onde também encontrava-se o Seminário São Tiago, hoje Palácio Anchieta.			Participantes, perfectivo, pontual, afirmativa, <i>realis</i> , O individuado. Grau 6 – transitividade média
Após a expulsão dos jesuítas pelos portugueses em 1760, os índios se refugiaram,			Cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 8 – alta transitividade
e a Fazenda Araçatiba passou a pertencer ao			Participantes, perfectivo, afirmativa, <i>realis</i> ,

coronel de Ordem Bernadino Falcão Gouveia Vieira Machado.			O individuado. Grau 5 – transitividade média
Em seguida, foi assumida pelo sr. Sebastião Vieira Machado, que em 1849 trouxe para o local cerca de 400 negros para dar continuidade ao trabalho antes realizado pelos índios Tupiniquins.			Participantes, cinese, perfectivo, pontual intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 10 – transitividade alta
	Após a abolição da escravatura, muitos escravos não foram embora,		Cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	e junto com outros trabalhadores vieram a compor a mão de obra local.		Participantes, cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta
Os jesuítas foram os primeiros			Participantes, cinese, perfectivo,

<p>formadores de mão de obra qualificada no Espírito Santo, graças aos seus conhecimentos em agricultura, irrigação e engenharia, entre outros, que foram repassados aos índios Tupiniquins e negros,</p>			<p>intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i>, sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta</p>
	<p>capacitando-os para as atividades nessas respectivas áreas.</p>		<p>Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i>, sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 8 – transitividade alta</p>
<p>Uma grande obra de engenharia dessa época, na região de Araçatiba, foi a abertura do primeiro canal artificial de navegação do Brasil, aproveitando os percursos dos rios Jacarandá, Jucu e</p>			<p>Participantes, cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i>, sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta</p>

<p>Marinho para chegar até ao mar, tendo como finalidade escoar a produção até Vitória, proporcionando redução do tempo de transporte e do desperdício dos produtos.</p>			
	<p>Nasceu assim a primeira hidrovia do Estado, fundamental para o desenvolvimento da sede da Capitania (Vitória) e regiões vizinhas.</p>		<p>Cinese, perfectivo, pontual, afirmativa, <i>realis</i>. Grau 5 – transitividade média</p>
		<p>Lamentavelmente, os gestores públicos, ignorando nossa história e vocação, permitiram a utilização equivocada dos rios da região para abastecimento de água,</p>	<p>Participantes, cinese, perfectivo, pontual, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i>, sujeito agente, O afetado. Grau 9 – transitividade alta</p>
		<p>quando deveriam ter feito</p>	<p>Participantes, afirmativa.</p>

		investimentos públicos para utilização de hidrovias, interligando-as ao mar, bem à nossa frente e pronto para ser utilizado.	Grau 2 – transitividade baixa
--	--	--	----------------------------------

Quadro 6: Análise do artigo de opinião “Desperdício histórico”

O artigo acima apresentou algumas características que o diferenciam dos demais analisados. Em primeiro lugar, trata-se, em sua maior parte, de um relato histórico com o objetivo de contextualizar a opinião que se mostra apenas nos excertos finais do artigo. Além disso, temos neste caso, e diferentemente dos demais, o uso constante de verbos no pretérito perfeito, característica de narrativas. Também temos neste caso, ao longo de todo o texto, a transitividade mais elevada se comparada aos demais artigos analisados nesta dissertação.

Na sequência, o artigo “Conquistas e desafios do teatro capixaba” apresenta a temática das conquistas e dos desafios enfrentados no cenário do teatro no Espírito Santo. É defendida a tese de que os grupos teatrais do estado se desenvolveram muito ao longo da história, ganhando voz e espaço na sociedade, mas que ainda há muito para ser conquistado, uma vez que a grande maioria dos atores ainda não consegue ser autossuficiente, tendo que trabalhar também em outros empregos para conseguir seu sustento. Ou seja, falta reconhecimento e visibilidade para essa classe.

<b>Apresentação do tema</b>	<b>Interpretação do tema</b>	<b>Opinião</b>	<b>Parâmetros de transitividade</b>
Em março comemorou-se o Dia Mundial do Teatro.			Cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 7 – transitividade alta
	Passados mais de 500 anos das		Participantes, intencionalidade do

	primeiras encenações jesuíticas na então Capitania do Espírito Santo e, relembando esta data histórica, podemos constatar que muitas foram as conquistas nas últimas décadas para o teatro capixaba.		sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	Dentre elas, podemos citar a consolidação de grupos de trabalho continuado, muitos do quais possuem sedes próprias onde, além de ensaiarem,		Participantes, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	apresentam espetáculos,		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 7 – transitividade alta
	oferecem cursos de formação		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente, O afetado. Grau 7 – transitividade alta
	e realizam encontros e debates voltados para a discussão da arte cênica,		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito



			agente, O afetado. Grau 7 – transitividade alta
		constituindo-se, portanto, em verdadeiros centros de irradiação cultural para a comunidade do entorno.	Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
Alguns exemplos são os grupos Repertório, Folgazões, Z, Makuamba, Vira- lata, Boyasha e Confraria, na Grande Vitória, e os coletivos Circo- Teatro Capixaba, Gota, Pó e Poeira e Rerigtiba, no interior.			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		Há que se reconhecer que, embora em termos de políticas culturais ainda há muito a avançar, é inegável que a continuidade do trabalho de tais grupos está relacionada às ações desenvolvidas pelo Estado, por meio de editais culturais, e pelos municípios, através das leis de incentivo fiscal.	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
	Além disso, importantes		Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 –

	<p>iniciativas, como os tradicionais Festival Nacional Teatro de Vitória, o Aldeia Sesc, o Festival Nacional de Teatro de Guaçuí e, mais recentemente, o Pocar, são responsáveis por movimentarem o segmento, permitindo que os grupos apresentem seus trabalhos e propiciando um rico intercâmbio local e nacional.</p>		transitividade baixa
<p>Nessa esteira, não podemos deixar de citar também a inauguração do Sesc-Glória, complexo cultural que,</p>			<p>Participantes, intencionalidade do sujeito, <i>realis</i>, sujeito agente. Grau 4 – transitividade média</p>
<p>num curto período, já proporcionou uma série de ações em prol do nosso teatro.</p>			<p>Participantes, cinese, perfectivo, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i>, sujeito agente, O afetado. Grau 8 – transitividade alta</p>
		<p>Se as conquistas são consideráveis, os desafios são enormes.</p>	<p>Afirmativa. Grau 1 – transitividade baixa</p>
	<p>Tais desafios poderiam ser resumidos num único e grande obstáculo a ser superado: a busca</p>		<p>Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa</p>

	pela autossuficiência dos grupos teatrais.		
		Enquanto esta não for atingida, os artistas continuarão a dividir o seu tempo com outros trabalhos, comprometendo, portanto, o seu desenvolvimento artístico.	Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente. Grau 4 – transitividade média
		Os grupos teatrais precisam ser vistos	Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		e compreendidos como coletivos culturais que, assim como ocorre com museus, bibliotecas e orquestras, entre outros inumeráveis exemplos, não visam ao lucro, mas ao desenvolvimento cultural.	Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		Dessa forma, só se tornarão viáveis financeiramente a partir do momento em que podem contar com apoio do poder público e da iniciativa privada.	Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa

Quadro 7: Análise do artigo de opinião “Conquistas e desafios do teatro capixaba”

Neste artigo, assim como na maior parte dos artigos analisados, também encontramos o grau de transitividade mais elevado na parte de apresentação do tema do que nas partes de interpretação e opinião, sendo que nas partes de opinião as sentenças

encontradas possuem transitividade bastante baixa, como no trecho a seguir, em que a transitividade foi aferida em grau 2, tendo confirmados apenas os traços de participantes e polaridade afirmativa:

(3) “*Dessa forma, só se tornarão viáveis financeiramente a partir do momento em que podem contar com apoio do poder público e da iniciativa privada.*”

**Trecho do artigo de opinião “Conquistas e desafios do teatro capixaba”.**

O artigo “Juízes divergentes” diz respeito aos desafios de um magistrado no trato com a lei, pois, muitas vezes, é preciso que os juízes deixem de lado os preceitos da constituição para dar voz à humanidade e julgar verdadeiramente de forma justa. No entanto, enquanto essa ponderação é necessária, é também exigido que os juízes sejam fieis ao que estabelece a lei, seguindo cegamente o que é estabelecido se quiserem obter sucesso na carreira que escolheram.

<b>Apresentação do tema</b>	<b>Interpretação do tema</b>	<b>Opinião</b>	<b>Parâmetros de transitividade</b>
Um grande esforço é realizado pela Justiça no sentido de alcançar a convergência.			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
	Neste sentido, procura-se a uniformização dos julgados.		Cinese, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito agente. Grau 4 – transitividade média
Com este objetivo são estabelecidas, por exemplo, súmulas da jurisprudência dominante.			Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
Alguns tribunais adotam, como critério para a promoção dos juízes de grau			Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, <i>realis</i> , sujeito

inferior, verificar o número de suas sentenças confirmadas e reformadas.			agente. Grau 6 – transitividade alta
	Alcançar um bom índice de decisões mantidas pelo superior instância seria prova de mérito.		Participantes, afirmativa. Grau 2 – transitividade baixa
		Num certo aspecto, a sintonia jurisprudencial é útil porque contribui para a segurança do Direito.	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
	É aconselhável que os cidadãos, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas saibam se um determinado ato, uma determinada conduta, um determinado contrato coere ou não com as normas vigentes.		Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
		Sob um outro ângulo, a fidelidade a princípios rígidos atenta contra o bom Direito.	Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 3 – transitividade baixa
	Uma coisa é a norma abstrata.		Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
	Outra coisa é a situação concreta.		Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
Quando nos deparamos com a			Participantes, afirmativa.

norma abstrata			Grau 2 – transitividade baixa
cabe seguir o conselho latino: dura lex, sed lex			Participantes, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 transitividade baixa
(a lei é dura, mas é lei).			Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 transitividade baixa
		À face, entretanto, da dramaticidade da vida, o princípio do “dura lex” pode conduzir à injustiça.	Participantes, cinese, afirmativa, <i>realis</i> . Grau 4 – transitividade média
		Se devesse sempre prevalecer o brocardo “a lei é dura, mas é a lei”, seria mais econômico substituir os magistrados por computadores.	Afirmativa. Grau 1 – transitividade baixa
Todos aqueles que um dia foram juízes, promotores, advogados, ou frequentaram os fóruns, saberão recapitular casos em que, para fazer imperar o Direito, foi necessário abandonar a hermenêutica literal.			Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa. Grau 4 – transitividade média
	Como condenar uma mulher que registrou filho alheio como próprio, ofendendo um artigo do		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado, O

	Código Penal, sem considerar que se tratava de uma pessoa ignorante que agiu com nobreza de intenção, sem prejudicar quem quer que seja?!		individuado. Grau 7 – transitividade alta
	Como condenar aquela mocinha que, estuprada, praticou o aborto, sem procurar entender o sofrimento que atormentava?		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 7 – transitividade alta
	Como não desprezar a solenidade das salas de audiência e chorar		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
		(sim, o juiz é humano,	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
		o juiz chora),	Afirmativa, <i>realis</i> . Grau 2 – transitividade baixa
	como deixar de chorar quando um ex-presos entrega ao magistrado a medalha de Honra ao Mérito, conquistada na empresa onde trabalhava, declarando: “Doutor, esta		Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado, O individuado. Grau 7 – transitividade alta

	medalha é sua; se naquela tarde eu tivesse permanecido na prisão eu seria hoje um bandido”.		
	Como deixar de lado o aspecto existencial do encontro das partes em geral com o juiz		Participantes, chinês, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	e reduzir esse encontro a um ato meramente burocrático, mecânico, frio?		Participantes, chinês, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente. Grau 5 – transitividade média
	Como recusar o aperto de mão, a aproximação física, o olhar, todas as formas de expressão de humanidade para, em sentido contrário, colocar um biombo, uma barreira, uma proibição, separando o comum dos mortais da divindade que veste toga?!		Participantes, chinês, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente. Grau 5 – transitividade média

Quadro 8: Análise do artigo de opinião “Juizes divergentes”

No último artigo de opinião analisado, foi observado que a transitividade oscilava entre baixa e média, seguindo a regularidade da maior parte dos demais artigos



analisados, como no trecho abaixo que, ao mostrar uma opinião do autor, revela grau 1 de transitividade, tendo confirmado apenas o traço de polaridade afirmativa:

- (4) “*Se devesse sempre prevalecer o brocardo “a lei é dura, mas é a lei”, seria mais econômico substituir os magistrados por computadores.*” **Trecho do artigo de opinião “Juízes divergentes”.**

Já em trechos de interpretação do tema, foram encontradas as sentenças de transitividade mais elevada, como em:

- (5) “*Como condenar uma mulher que registrou filho alheio como próprio, ofendendo um artigo do Código Penal, sem considerar que se tratava de uma pessoa ignorante que agiu com nobreza de intenção, sem prejudicar quem quer que seja?!*” **Trecho do artigo de opinião “Juízes divergentes”.**

Neste trecho são confirmados os parâmetros Participantes, cinese, intencionalidade do sujeito, afirmativa, sujeito agente, O afetado, O individuado, revelando grau 7 de transitividade.

Em primeira instância, é preciso relatar que nossa hipótese se confirmou, ao menos em parte, nos dados analisados, uma vez que observou-se que os verbos de ação nos textos analisados aparecem principalmente quando o articulista defende uma opinião, revelando um grau de transitividade mais elevado do que quando o autor apenas procura definir ou descrever algum fato, conforme o exemplo abaixo, em que em todas as sentenças com os verbos de ação destacados a transitividade foi classificada como alta:

- (3) “*Embora saibamos que existem juízes fantásticos, sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro, que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) – mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados -, ignorando as defesas e as teses apresentadas, colocando-se na posição de verdadeiros combatentes do crime, o que está longe de ser a função de um magistrado.*” **Trecho do artigo “Tempos difíceis”.**

Porém, em demais trechos, onde não figuravam verbos de ação, a transitividade não se mostrou mais elevada nos trechos em que o autor demonstra seu posicionamento frente ao tema. Ao contrário, a transitividade mais elevada foi encontrada, em sua maior

parte, em sentenças que tinham o objetivo de expor a temática discutida e também em trechos de interpretação dessa temática.

A razão dessa diferença, possivelmente, reside no fato de no texto clássico de Hopper e Thompson (1980) a análise empreendida ter sido realizada com base em narrativas e estas têm comportamento distinto de textos argumentativos, como o artigo de opinião, em relação ao fenômeno da transitividade.

Observamos que, na maioria dos artigos analisados, utiliza-se o chamado presente histórico. Esse recurso linguístico surge quando o usuário da língua pretende relatar um acontecimento passado, mas utiliza verbos no presente para indicar que o relato é bastante atual. Trata-se de um recurso muito utilizado em manchetes de jornais. O excerto a seguir faz parte artigo de opinião “Repensar as Metrôpoles” e ilustra essa característica:

(1) *“A recorrente aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei nº 13.089/15) estabelece conceitos e diretrizes para a governança interfederativa e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum.”* (Grifos nossos)

**Trecho do artigo “Repensar as Metrôpoles”.**

O artigo de opinião que não demonstrou predominância dessa característica de utilizar o presente histórico foi o intitulado “Desperdício histórico”, que versa sobre a história do Espírito Santo desde a época em que era uma Capitania Hereditária e, contando algo que faz parte da história do país, privilegiou verbos no passado, apresentando grande número de sentenças com o traço de perfectividade. Possivelmente esse ponto observado se deve por serem as informações relatadas parte da história comprovada e não críticas e opiniões apresentadas pelo autor, como é mais comum observar em textos que compõem esse gênero textual.

Foi possível notar também que são utilizados muitas vezes nos artigos de opinião verbos de ligação, uma vez que o autor sempre busca apresentar o fato discutido com muitas explicações e esses verbos têm a função de definir o que está sendo tratado:

(2) *“Alguns exemplos são os grupos Repertório, Folgazões, Z, Makuamba, Viralata, Boyasha e Confraria, na Grande Vitória, e os coletivos Circo-Teatro Capixaba, Gota, Pó e Poeira e Rerigtiba, no interior.”* (Grifos nossos) **Trecho do artigo “Conquistas e desafios do teatro capixaba”.**

Outro aspecto que chamou a atenção nos artigos analisados foi que quando o tema de discussão está relacionado a um elemento humano, a transitividade ao longo

de todo o texto se mostra oscilando entre média e alta, como foi o caso do artigo intitulado “Tempos difíceis”, que traz a crítica a magistrados que exercem a função jurídica de forma corrupta e em benefício próprio e também o artigo intitulado “Conquistas e desafios do teatro capixaba”, que discute a situação de grupos de teatro no Espírito Santo, que representam metonimicamente os atores do estado.

Por outro lado, em artigos como os intitulados “Repensar as metrópoles” e “Pagou, passou”, a transitividade se mostrou oscilando entre baixa e média na maior parte do texto, uma vez que tratam, respectivamente, do problema das cidades no Brasil e dos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos com irregularidades, sendo, portanto, temas relacionados a elementos não-humanos.

Das 130 sentenças analisadas nos 6 artigos de opinião selecionados, pudemos identificar que o grau predominante foi o de baixa transitividade, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

<b>Artigos de opinião</b>	<b>Transitividade alta</b>	<b>Transitividade média</b>	<b>Transitividade baixa</b>	<b>Total</b>
<b>Repensar as metrópoles</b>	1	8	11	20
<b>Tempos difíceis</b>	12	14	7	33
<b>Pagou, passou</b>	1	6	11	18
<b>Desperdício histórico</b>	8	5	2	15
<b>Conquistas e desafios do teatro capixaba</b>	5	4	8	17
<b>Juízes divergentes</b>	4	7	14	25
<b>Total</b>	31	44	53	130

Quadro 9: Descriminação quantitativa dos graus de transitividade evidenciados

Apesar de nossa análise possuir caráter qualitativo e não quantitativo, com o quadro, pudemos observar que o grau predominante de transitividade nos artigos de opinião do jornal A Gazeta foi baixa, seguido de sentenças de transitividade média e, por fim, sentenças de transitividade considerada alta, diferente do que foi evidenciado pelas pesquisas de Hopper e Thompson (1980) em relação às narrativas, nas quais a transitividade é predominantemente alta.

No capítulo seguinte serão apresentadas as considerações finais dessa dissertação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou artigos de opinião retirados do Jornal A Gazeta de Vitória - ES com vistas à identificação do grau de transitividade nas sentenças que compõem esse gênero textual. Para tanto, foram utilizados os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980) para analisar todas as sentenças dos artigos elencados.

É característica do artigo de opinião possuir em cada parágrafo uma ideia central que é apresentada e defendida pelo autor. Ainda assim, notamos que nem sempre quando há a apresentação do tema a transitividade é mais baixa se comparada ao momento da defesa da tese. Porém, a transitividade se mostrou alta quando eram encontrados verbos de ação no momento de defesa da tese, quando o autor se posiciona para expor sua opinião nas sentenças analisadas.

Os dois primeiros artigos analisados tratam de temáticas distintas: o primeiro argumenta sobre as condições precárias das metrópoles brasileiras, enquanto o segundo critica a atuação de magistrados que agem de forma corrupta e por interesse. Sendo assim, notamos que quando o tema do artigo aborda um elemento humano, a transitividade, ao longo de todo o texto, é mais alta do que quando esse elemento analisado é inanimado. O mesmo pode ser observado em outros três artigos, que traziam temas ligados à irregularidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o desperdício de água que vem desde os tempos do Brasil Colonial e a questão de seguir ou não a lei à risca e suas implicações na sociedade. Também o artigo que tratava dos grupos de teatro no Espírito Santo demonstrou transitividade mais alta que os demais por discorrer sobre um elemento humano.

Por ser característica do artigo de opinião utilizar verbos no presente mesmo para situações ocorridas no passado (de todos os artigos analisados, apenas um não apresentava um maior número de verbos no presente), é muito utilizado o presente histórico, um recurso narrativo que sugere a atualidade dos fatos narrados e procura causar maior impacto, mesmo que os fatos tenham acontecido no passado.

Considerando que a transitividade prototípica privilegia um sujeito agente, intencional e um objeto afetado e individuado, podemos relacionar este fato às proposições de Hopper e Thompson (1980), uma vez que esses traços foram muito recorrentes nos artigos que apresentaram mais alta transitividade e que tinham como tema um elemento humano.

Este trabalho pôde mostrar alguns dos fatores linguístico que permeiam a construção de um texto do gênero artigo de opinião, veiculado diariamente em jornais e revistas e que também aborda comumente temas polêmicos. Por essa razão, trata-se de um gênero textual que atrai muito a atenção dos leitores.

Foi possível estender a proposta de Hopper e Thompson (1980) para além das narrativas, utilizando como *corpus* de análise o artigo de opinião. Além disso, esse trabalho pôde mostrar como a gramática se relaciona com o discurso, em que um fenômeno gramatical, que é a transitividade, tem relação com a construção do discurso, com as escolhas que o usuário da língua faz.

Conclui-se, portanto, que características linguísticas, como o fenômeno da transitividade, estão relacionadas diretamente às motivações pragmáticas dos usuários da língua e que sua investigação, então, se mostra muito relevante. Ainda há muito o que se investigar sobre o tema da transitividade nos gêneros textuais e, aprofundar o estudo nessa área certamente será a motivação para as nossas pesquisas futuras.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÇADO, Jussara.; KENEDY, Eduardo. (Orgs.). *Transitividade Traço a Traço*. Niterói: Editora UFF, 2014.

AGUILAR, Rafael Cano. *Estructuras Sintácticas Transitivas en el Español Actual*. Madrid/Espanha: Editorial Gredos S. A., 1981.

AMORIM, Carmelita Minelio da Silva.; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da. (Orgs.). (In) *Transitividade na Perspectiva Funcionalista da Língua*. Vitória: Edufes, 2008.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BALLY, Charles.; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.

BARBOSA, Gustavo.; RABAÇA, Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. 2001. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A. da; SOUZA, M. M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

\_\_\_\_\_. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelfhia: John Benjamins Publishing Company, V. 1, 2001.

HOPPER, Paul J. Aspect and Foregrounding in Discourse. In: *Discourse and syntax*. Ed. By Talmy Givón. New York: Academic Press, 1979, p.213-41.

HOPPER, Paul J. & THOMPSON, Sandra A. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, 1980.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

*Manual de Redação*: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualizações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva.; MACHADO, Anna Rachel.; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MIOTO, C.; SILVA, M<sup>a</sup>. C. F.; LOPES, R. *Novo Manual de Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M. H. M. *Uma visão geral da gramática funcional*. ALFA, v. 38, 1994, p. 109-127.

\_\_\_\_\_. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KURY, A. G. *Novas Lições de Análise Sintática*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da.; DIAS, Luiz Francisco. (Orgs.) *Questões linguísticas: abordagens funcionalistas*. Vitória: GM, 2014.

RODRIGUES, Rosângela Hames. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: abordagem de Bakthin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; ROTH, Desirée Motta. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 154-183.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: ed. Da Universidade de Brasília, 1963.

SOUZA, Edson Rosa de. (Org.) *Funcionalismo: Novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

THOMPSON, Sandra A.; HOPPER, Paul J. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: HOOPER, Paul J.; BYBEE, Joan. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company, 2001.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística / R. L. Trask; tradução Rodolfo Ilari; revisão técnica Igedore Villaca Koch. Thaís Cristófaros Silba*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

04/03/2015

## Isabella Batalha Muniz Barbosa

É doutora em arquitetura e urbanismo

∞ No vigor do debate metropolitano, que avançou após a aprovação do Estatuto da Metrôpole, vale lembrar que as cidades são antes de tudo dinâmicas

### *Repensar as metrôpoles*

A recente aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei nº13.089/15) estabelece conceitos e diretrizes para governança interfederativa e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum. Nessa diretriz, a mobilidade urbana é emblemática do “pensar metropolitano”.

Para melhor convergência do interesse comum dos territórios metropolitanos, a referida Lei exige um plano de desenvolvimento integrado para estabelecimento de critérios e operacionalização dos instrumentos da governança, sejam técnicos ou financeiros. As grandes cidades são conceituadas conforme sejam os critérios estabelecidos por estudiosos ou instituições de pesquisas, permeadas pelo adensamento populacional e de atividades: megalópoles, metrôpoles e aglomerados urbanos.

Alguns urbanistas defendem a tese de que até 2050 teremos centenas de cidades mundiais que, para além da questão demográfica, serão nós de decisões em rede e de domínio do capital financeiro, sendo que pelo menos dez metrôpoles brasileiras farão parte dessas megacidades. No vigor do debate metropolitano no Brasil, vale

lembrar que as cidades são antes de tudo dinâmicas. Portanto, repensar as metrôpoles é sempre um desafio mesmo com respaldo jurídico mais amplo, o que impõe avaliar questões externas e outras variáveis que interferem diretamente.

Enquanto a ideia de “recentralização” para superação dos problemas metropolitanos de cidades como São Paulo norteia o seu novo Plano Diretor, por outro lado, há o fenômeno do “esvaziamento” gradativo de cidades consolidadas, presente especialmente nas cidades americanas. Detroit, além de colecionar os piores indicadores de um país desenvolvido, os argumentos para esvaziamento da cidade se explica pela falência da indústria automobilística, corrupção e taxa de desemprego de 50%.

New Orleans não se recuperou com as tempestades do furacão Katrina (2005) e está esvaziada. No Meio-Oeste americano, o alto preço do combustível para grandes deslocamentos necessários, sem que esteja associado à infraestrutura adequada, propicia a intensa migração e o abandono de algumas cidades. Estas situações nos fazem refletir as metrôpoles sempre vinculadas à economia e às decisões geopolíticas.

Restringir-se à Lei não condiciona o sucesso de sua implementação se considerada a complexidade do tema, mas de qualquer modo, o Estatuto é um avanço ao fazer valer o compromisso do interesse metropolitano em detrimento do contexto local, sendo a visão multidisciplinar do conjunto de fatores interferentes fundamental.



11/03/2015

## Cássio Rebouças de Moraes

É advogado criminalista e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-ES

Adogados mais antigos nos revelam que era menos difícil atuar nos tempos da ditadura militar, pois, mesmo perdendo, ao menos eram ouvidos

### Tempos difíceis

Os últimos dias têm sido profícuos em demonstrar descabros praticados por membros do Judiciário. É o juiz-acusador da Lava Jato, o juiz-flanelinha de carros de luxo, o juiz-pianista... Aqui mesmo, em casos não midiáticos, temos nossos exemplos... Desanimadoras, de fato, essas são notícias que, embora tratem de situações absurdas, revelam um pouco (e de forma extrema) o que têm sentido na pele advogados por todo o país.

Embora saibamos que existem juízes fantásticos, sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro, que se recusam a receber advogados (ou os recebem muito mal) – mas escancaram as portas para membros do MP ou delegados –, ignorando as defesas e as teses apresentadas, colocando-se na posição de verdadeiros combatentes do crime, o que está longe de ser a função de um magistrado. E, quando postos em xeque, fecham-se ainda mais, utilizando-se do “argumento de autoridade” quando lhes falta a “autoridade do argumento”.

Não pode ser esta a lógica. O juiz também está obrigado a fundamentar suas decisões e a utilizar-se da razão, e não da arbitrariedade, no desempenho

de sua função pública, mas o papel tudo aceita e nos cabe recorrer.

Sempre que deparo com situações-limite, como algumas da prática cotidiana e outras tantas, noticiadas Brasil a fora, me lembro das palavras do criminalista Vinicius Bittencourt, que engrandeceu o Espírito Santo com sua advocacia: “É óbvio que há juízes admiráveis como há sacerdotes piedosos. Alguns, todavia, não têm vocação para a magistratura. São recalçados, presunçosos ou psicopatas que nela ingressam como ingressariam em qualquer função pública, buscando privilégios. Interpretam a lei como se ela fosse de borracha e existisse para servir ao carreirismo, à sua vaidade, às suas antipatias ou aos interesses dos amigos ou de sua parentela. Essa falta de vocação também determina a aversão aos livros e, conseqüentemente, uma tendência a suprir a ignorância com arbitrariedade”.

Essa fala, apesar de quase hostil, demonstra a truculência com que tem sido tratada a advocacia (especialmente a criminal) no Brasil. Advogados mais antigos nos revelam que era menos difícil advogar nos tempos da ditadura militar, pois, mesmo perdendo, ao menos eram ouvidos.

Evaristo de Moraes Filho já nos disse que, apesar dos percalços na defesa das liberdades, “a história tem sido generosa conosco”, mas, atualmente, não há como negar: são tempos difíceis para a Defesa.

## Artelírio Bolsanello

É presidente do Conselho Estadual de Educação

/// A oferta irregular de cursos de pós-graduação “*lato sensu*” tem sido uma prática comum no Espírito Santo, como, aliás, em todo o país

### Pagou, passou

Em razão da falta de controle da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, há muito tempo cobrado pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, a oferta irregular de cursos de pós-graduação *lato sensu* tem sido uma prática comum no Espírito Santo, como, aliás, em todo o resto do Brasil. Esses cursos oferecem certificação fácil a quem se propõe pagar por ela e a quem deseja apenas um documento a mais para ‘engrossar’ o currículo, visando à participação em concurso ou à promoção funcional em sua empresa, sem nenhuma preocupação com a qualidade desses cursos.

É comum constatar-se que quase sempre a oferta desses cursos não é feita pela instituição que os certifica. Na maioria das vezes, por estarem sob jurisdição federal, não compete ao Conselho Estadual de Educação fiscalizar essas práticas, mas, diante de reiteradas denúncias, sentimos na obrigação de alertar instituições e órgãos públicos da administração estadual e municipal, no sentido de ficarem atentos em relação à apresentação de certificados de pós-graduação, quando promovem seus concursos públicos ou processos seletivos.

Se a instituição superior ofertante e certificadora do curso for de natureza

pós-graduação, quando promovem seus concursos públicos ou processos seletivos.

Se a instituição superior ofertante e certificadora do curso for de natureza

privada ou pública federal, ela deverá ter credenciamento do MEC; se a instituição for pública estadual ou municipal, ela precisará ser credenciada pelo Conselho Estadual de Educação. No caso de oferta de cursos de pós-graduação na modalidade de educação a distância, os polos regionais precisam estar necessariamente credenciados pelo MEC.

Esclareça-se que os cursos de pós-graduação *lato sensu* compreendem os cursos de especialização, inclusive os de MBA, que se seguem à graduação, destinando-se ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico. Esses cursos apresentam algumas exigências: destinam-se apenas aos portadores de diploma de curso superior; devem ter duração mínima de 360h; o aluno deve apresentar ao final do curso uma monografia ou trabalho de conclusão de curso; e os certificados devem ser expedidos, segundo critérios de avaliação previamente estabelecidos, por instituição devidamente credenciada e que efetivamente tenha ministrado o curso.

Se a instituição que ofertou o curso descumpriu alguma dessas exigências previstas em legislação própria, ela não ofereceu um curso de pós-graduação, mas um ‘curso livre’; e eventual oferta de curso livre como se fosse curso de pós-graduação configura irregularidade no campo dos direitos civil e do consumidor, além de irregularidade penal. Nesse caso, o agrupado cidadão poderá recorrer aos órgãos de defesa do consumidor, ao Ministério Público ou aos órgãos do Poder Judiciário.

irregularidade penal. Nesse caso, o agrupado cidadão poderá recorrer aos órgãos de defesa do consumidor, ao Ministério Público ou aos órgãos do Poder Judiciário.

25/03/2015

## Henrique Casamata

É secretário de Desenvolvimento Sustentável de Viana

Os gestores públicos permitiram a utilização equivocada dos rios da região de Araçatiba para abastecimento, deixando de fazer uma hidrovía

# Desperdício histórico

Em Araçatiba, Viana, iniciou-se o processo de desenvolvimento do Espírito Santo. No século XVIII, os jesuítas espanhóis se instalaram neste lugar bucólico, com a finalidade de desenvolver a agricultura e dar continuidade à catequese indígena. Conta-se que os índios Tupiniquins foram capacitados a trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca, além de outros alimentos necessários ao abastecimento da sede da Capitania, onde também encontrava-se o Seminário São Tiago, hoje Palácio Anchieta.

Após a expulsão dos jesuítas pelos portugueses em 1760, os índios se refugiaram, e a Fazenda Araçatiba passou a pertencer ao coronel de Ordenança Bernardino Falcão Gouveia Vieira Machado. Em seguida, foi assumida pelo sr. Sebastião Vieira Machado, que em 1849 trouxe para o local cerca de 400 negros para dar continuidade ao trabalho antes realizado pelos índios Tupiniquins. Após a abolição da escravatura,

muitos escravos não foram embora, e junto com outros trabalhadores vieram a compor a mão de obra local.

Os jesuítas foram os primeiros formadores de mão de obra qualificada no Espírito Santo, graças aos seus conhecimentos em agricultura, irrigação e engenharia, entre outros, que foram repassados aos índios Tupiniquins e negros, capacitando-os para as atividades nessas respectivas áreas.

Uma grande obra de engenharia dessa época, na região de Araçatiba, foi a abertura do primeiro canal artificial de navegação do Brasil, aproveitando os percursos dos rios Jacarandá, Jucu e Marinho para chegar até ao mar, tendo como finalidade escoar a produção até Vitória, proporcionando redução do tempo de transporte e do desperdício dos produtos. Nasceu assim a primeira hidrovía do Estado, fundamental para o desenvolvimento da sede da Capitania (Vitória) e regiões vizinhas.

Lamentavelmente, os gestores públicos, ignorando nossa história e vocação, permitiram a utilização equivocada dos rios da região para abastecimento de água, quando deveriam ter feito investimentos públicos para utilização de hidrovias, interligando-as ao mar, bem à nossa frente e pronto para ser utilizado.



## ANEXO V – Análise do texto “Conquistas e desafios do teatro capixaba”

01/04/2015

### Duílio Kuster

É ator, professor e membro-fundador da Folgazões Artes Cênicas

« Os grupos teatrais só se tornarão viáveis se tiverem apoio do poder público e da iniciativa privada

## Conquistas e desafios do teatro capixaba

Em março comemorou-se o Dia Mundial do Teatro. Passados mais de 500 anos das primeiras encenações jesuíticas na então Capitania do Espírito Santo e, relembrando esta data histórica, podemos constatar que muitas foram as conquistas nas últimas décadas para o teatro capixaba. Dentre elas, podemos citar a consolidação de grupos de trabalho continuado, muitos dos quais possuem sedes próprias onde, além de ensaiarem, apresentam espetáculos, ofe-

recem cursos de formação e realizam encontros e debates voltados para a discussão da arte cênica, constituindo-se, portanto, em verdadeiros centros de irradiação cultural para a comunidade do entorno.

Alguns exemplos são os grupos Repertório, Folgazões, Z, Makuamba, Vira-Lata, Boyasha e Confraria, na Grande Vitória, e os coletivos Circo-Teatro Capixaba, Gota, Pó e Poeira e Rerigüba, no interior. Há que se reconhecer que, embora em termos de

políticas culturais ainda há muito a avançar, é inegável que a continuidade do trabalho de tais grupos está relacionada às ações desenvolvidas pelo Estado, por meio de editais culturais, e pelos municípios, através das leis de incentivo fiscal.

Além disso, importantes iniciativas, como os tradicionais Festival Nacional Teatro de Vitória, o Aldeia Sesc, o Festival Nacional de Teatro de Guaçuá e, mais recentemente, o Pocar, são responsáveis por movimentarem o segmento, permitindo que os grupos apresentem seus trabalhos e propiciando um rico intercâmbio local e nacional. Nessa esteira, não podemos deixar de citar também a inauguração do Sesc-Glória, complexo cultural que, num curto período, já proporcionou uma série de ações em prol do nosso teatro.

Se as conquistas são consideráveis, os desafios são enormes. Tais desafios poderiam ser resumidos num único e grande obstáculo a ser superado: a busca pela autossuficiência dos grupos teatrais. Enquanto esta não for atingida, os artistas continuarão a dividir o seu tempo com outros trabalhos, comprometendo, portanto, o seu desenvolvimento artístico.

Os grupos teatrais precisam ser vistos e compreendidos como coletivos culturais que, assim como ocorre com museus, bibliotecas e orquestras, entre outros inumeráveis exemplos, não visam ao lucro, mas ao desenvolvimento cultural. Dessa forma, só se tornarão viáveis financeiramente a partir do momento em que podem contar com apoio do poder público e da iniciativa privada.

## ANEXO VI – Artigo de opinião “Juízes divergentes”

08/04/2015

**João Baptista Herkenhoff**É magistrado aposentado, professor e escritor  
E-mail: jopherkenhoff@gmail.com

▄ Sob um outro ângulo, a fidelidade a princípios rígidos atenta contra o bom Direito. Uma coisa é a norma abstrata. Outra coisa é a situação concreta

**Juízes divergentes**

Um grande esforço é realizado pela Justiça no sentido de alcançar a convergência. Neste sentido, procura-se a uniformização dos julgados. Com este objetivo são estabelecidas, por exemplo, súmulas da jurisprudência dominante. Alguns tribunais adotam, como critério para a promoção dos juízes de grau inferior, verificar o número de suas sentenças confirmadas e reformadas. Alcançar um bom índice de decisões mantidas pelo superior instância seria prova de mérito.

Num certo aspecto a sintonia jurisprudencial é útil porque contribui para a segurança do Direito. É aconselhável que os cidadãos, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas saibam se um determinado ato, uma determinada conduta, um determinado contrato coere ou não com as normas vigentes.

Sob um outro ângulo, a fidelidade a princípios rígidos atenta contra o bom Direito. Uma coisa é a norma abstrata. Outra coisa é a situação concreta. Quando nos deparamos com a norma abstrata cabe seguir o conselho latino: *dura lex, sed lex* (a lei é dura, mas é lei). À face, entretanto, da dramaticidade da vida, o princípio do “*dura lex*” pode conduzir à injustiça.

Se devesse sempre prevalecer o bro-

cardo “a lei é dura, mas é lei”, seria mais econômico substituir os magistrados por computadores. Todos aqueles que um dia foram juízes, promotores, advogados, ou frequentaram os fóruns, saberão recapitular casos em que, para fazer imperar o Direito, foi necessário abandonar a hermenêutica literal.

Como condenar uma mulher que registrou filho alheio como próprio, ofendendo um artigo do Código Penal, sem considerar que se tratava de uma pessoa ignorante que agiu com nobreza de intenção, sem prejudicar quem quer que seja?! Como condenar aquela mocinha que, estuprada, praticou o aborto, sem procurar entender o sofrimento que a atormentava?

Como não desprezar a solenidade das salas de audiência e chorar (sim, o juiz é humano, o juiz chora), como deixar de chorar quando um ex-preso entrega ao magistrado a medalha de Honra ao Mérito, conquistada na empresa onde trabalhava, declarando: “Doutor, esta medalha é sua; se naquela tarde eu tivesse permanecido na prisão eu seria hoje um bandido”.

Como deixar de lado o aspecto existencial do encontro das partes em geral com o juiz e reduzir esse encontro a um ato meramente burocrático, mecânico, frio? Como recusar o aperto de mão, a aproximação física, o olhar, todas as formas de expressão de humanidade para, em sentido contrário, colocar um biombo, uma barreira, uma proibição, separando o comum dos mortais da divindade que veste toga?!